
042ª SESSÃO ORDINÁRIA 14MAIO2018**(Texto sem revisão.)**

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Hoje temos o comparecimento do Sr. Gilberto Schwartsmann, nosso médico oncologista, cientista de renome mundial, um orgulho para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul, e que atualmente se dedica à tarefa difícil e voluntariamente liderar o movimento que é o assunto deste Comparecimento, a 11ª Bienal do Mercosul. O Sr. Gilberto Schwartsmann, Presidente, está com a palavra.

SR. GILBERTO SCHWARTSMANN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu aqui representando o Conselho e os Diretores da Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, e a razão primeira de aqui estar presente é porque nós estamos vivendo a 11ª Bienal do Mercosul, no nosso Centro histórico. Ela começou no dia 5 de abril e se estenderá até o dia 3 de junho, encerra no dia 4 de junho. E ela aparece nos principais aparelhos museológicos, no Santander Cultural, no Memorial do Rio Grande do Sul e no Margs, na praça da Alfândega, onde há uma obra muito interessante, que os senhores já devem ter passado por ela, que é o *standard time*, que é um relógio movido a ser humano, é uma metáfora sobre o nosso controle sobre o tempo, não é? E também temos umas obras lindas, sonoras, na Igreja das Dores, que representam os sons de mais de uma centena de idiomas em extinção da América do Sul, Central e do Norte, e de Partes da África. Então, os Senhores vão ter oportunidade de escutar na Igreja das Dores, se lá forem visitar essa obra sonora, idiomas que hoje utilizados por cinco mil pessoas, mil pessoas, quinhentas pessoa e até algumas pessoas e que talvez num prazo muito curto desapareçam. Essa Bienal ela tem como tema o Triângulo Atlântico. O Triângulo Atlântico é uma alusão a nossa formação cultural que é baseada no indígena que aqui vivia; depois a vinda do conquistador europeu na figura dos portugueses; depois a mão de obra escrava vinda da África; e depois as levas de imigrantes que vieram para o nosso Estado, Então, é um retrato, é um corte da nossa cultura, da nossa formação cultural. E pela

primeira vez na história das bienais, eu gostaria de deixar o registro, a arte africana e afro-brasileira é a preponderante. Nunca uma Bienal do Mercosul trouxe tanto material de artistas africanos ou afro-brasileiros como esta; também é a Bienal com mais artistas de fora da América Latina, nós temos artistas do mundo inteiro nesta Bienal, vale a pena os senhores visitarem-na. Temos também artistas do mundo inteiro de corpo presente na Bienal, a maioria dos artistas com obras na 11ª Bienal está ou estiveram presentes, ou vão chegar, então é a oportunidade de também conhecer esses artistas.

Nós também temos, Presidente, um projeto educacional fantástico, em que milhares de crianças de escolas pública do Rio Grande do Sul, com apoio do Senac, do Sesc e da Fecomércio, vêm à Bienal. Este sábado eu tive o privilégio de encontrar crianças de escolas públicas primárias de Alvorada, de Canoas, da Região Metropolitana de Porto Alegre, visitando a Bienal. Esta, provavelmente, deve ter sido a primeira vez em que crianças de escolas públicas tiveram acesso à arte contemporânea. Nesta Bienal, também por seu tema, de envolver a cultura negra, vemos uma circulação de pessoas muito mais representativa do que é Porto Alegre, por exemplo, do que normalmente se vê nesses ambientes de arte contemporânea, que costumam ser mais intelectualizados, elitizados e, de certa forma, sofisticados. Há pessoas que nos relatam que têm até medo de entrar num museu, mesmo quando a porta está aberta e está escrito “grátis”. Então, esta Bienal trouxe a arte contemporânea muito para perto das pessoas mais simples da nossa comunidade, nós tratamos de fazer uma abertura na Praça da Alfândega, na qual muitos dos senhores estiveram presentes, com uma festa popular e não com um coquetel para alguns, então acho que foi um momento muito interessante de conagração da nossa população.

Eu queria dizer aos senhores que a razão primeira de eu estar aqui agradecendo à Câmara é que nessa caminhada, Presidente, eu me dei conta de uma coisa muito importante: quem patrocina os grandes eventos artísticos no Brasil não é a iniciativa privada; quem patrocina é a renúncia fiscal. São os órgãos públicos, do Estado, do País, e neste caso Porto Alegre, como Capital de um Estado, que se oferecem para fazer uma renúncia de uma captação fiscal em nome de um grande projeto. Aí as empresas, ao invés de pagarem imposto, dirigem esses tributos para um evento cultural. Essa noção não é muito clara para as pessoas; as pessoas sempre têm a sensação de que esses grandes eventos dependem da iniciativa privada. Isso não é verdade, eles dependem do

Poder Público. Graças a Deus, nós temos leis federais e estaduais que nos fazem poder captar recursos por essa via para poder realizar grandes eventos. Então a nossa fundação nada mais faz aqui hoje do que agradecer o apoio dos senhores quanto à 11ª Bienal e desejar que quem ainda não foi visitá-la, por favor, compareça, porque ela se encerra no próximo dia 3 de junho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Dr. Gilberto, quero convidá-lo para compor a Mesa. Registro a presença do Ver. César Augusto, nosso colega de Canoas, do PRB. Seja muito bem-vindo, Vereador, obrigado pela sua visita. Outro dia, estive lá visitando a nossa Câmara. Eu acho importante a integração dos Parlamentos Municipais aqui, não só da Região Metropolitana, mas do Rio Grande do Sul como um todo. O Dr. Gilberto acabou de falar na questão tributária, e eu acho que nós temos que aperceber que a principal despesa dos governos é com a sociedade e que os maiores desafios estão nos Municípios. Nós precisamos inverter essa matriz tributária brasileira, Ver. Adeli, para que o dinheiro não vá para Brasília e se perca nos escaninhos da burocracia e da corrupção, mas que ele fique, a maior parte, nos Municípios, onde o cidadão está mais próximo e pode fiscalizar melhor. Sem bem-vindo! Eu gostaria dessa consciência de classe dos Parlamentares Municipais do Brasil para comprometer os candidatos a deputados estaduais e federais com uma mudança que o nosso País precisa nos próximos quatro anos. Desculpem eu ter me alongado. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Bem-vindo, Dr. Gilberto Schwartzmann, que, além de ser um cientista, um grande médico, conhecido por todos nós e pelo mundo afora, tem essa tarefa importantíssima, como disse o Presidente Valter, de organizar, dirigir, presidir a nossa 11ª Bienal do Mercosul. Eu estou encantado com essa Bienal. Como eu falei ali para o senhor, é a mais aberta, a menos hermética, começou bem com a festa na Praça da Alfândega. Eu, há tempos, venho dizendo que a Praça da Alfândega devia voltar a ser aquela praça da virada do século passado, do século XIX para o século XX, porque ali havia muita vida. Depois, também, nos anos 1960, 1970, os cinemas daquele entorno faziam daquilo um palco de encontro das pessoas. E com o tempo nós fomos

abandonando a nossa praça, como estamos abandonando esses bens de uso comum do povo. Precisamos retomar isso. E nada melhor do que a Noite dos Museus, que sempre é um sucesso, e por isso estamos entrando no dia 18, na Semana dos Museus. E nós temos aqui um Memorial e temos uma exposição sobre o Maio de 1968. Mas, voltando à questão da Bienal, é muito importante a presença de crianças e jovens. Acho que essa geração que vai a um museu, inclusive, com a colaboração de instituições como o Sesc, são tremendamente importantes porque essas pessoas vão ser tocadas de uma forma ou de outra. E nós, mais do que nunca, temos que ser tocados por isso, e apreciar e conhecer tudo que Porto Alegre tem. Olha, Porto Alegre com uma Bienal dessa magnitude, nós temos que dar mais espaço de divulgação, porque é muito importante o contato para as artes, ainda mais no mundo em que a gente está vivendo. Nós estamos vivendo num mundo tremendamente complicado, de conflitos, e... Neste final de semana eu comprei um livro do Zygmunt Bauman, o Mal-estar da Pós-Modernidade, porque depois que eu li algumas coisas sobre o amor líquido, a modernidade líquida, comecei a me dar conta de que nós estamos nos esgarçando o tempo inteiro, nos perdendo nessa liquidez no chamado mundo moderno e se discute sobre a pós-modernidade. E é por isso que nós precisamos alimentar nossos espíritos e discutir o mal-estar dessa pós-modernidade. O Freud já, quando escreveu em 1930, o Mal-estar da Civilização, ele já nos tocou profundamente nos trazendo os temas da modernidade. E de lá para cá o mundo foi entrando numa espiral de consumo, uma espiral de individualismo e de pouca percepção com o outro. E a arte nos chama para o outro, ela nos faz olhar o que uma pessoa pensou, e como ela está nos instigando, ou como ela nos instigou no momento de ele entregar a arte para um museu, para uma bienal, ou para uma atividade, ou o quadro que se coloca na nossa casa.

Portanto, Valter, em boa hora esta Câmara Municipal... E acho que este ano estamos fazendo alguns eventos importantes em que estamos discutindo coisas concretas, reais, palpáveis, para a cidade de Porto Alegre e para as pessoas, porque o que nós precisamos é discutir uma cidade para as pessoas. Como nós vamos resgatar, Dr. Gilberto Schwartsmann o nosso Centro Histórico. O Centro Histórico passou por algumas modificações importantes, é bacana o que a gente vê na Igreja das Dores. Num domingo ou sábado, estava passando pela Igreja das Dores, e tinha um grande movimento exatamente por causa da Bienal. Na Praça da Alfândega, a mesma coisa que a gente

pág. 4

enxerga, precisamos trazer mais e mais as pessoas para as ruas para esse contato com o fazer artístico e desmistificar um pouco esse mundo das artes. Eu tenho lá minhas críticas também com a arte contemporânea, acho que algumas coisas são tremendamente herméticas, tem algumas coisas que eu discutiria o seu real conteúdo estético, mas afinal de contas, a arte tem que existir por si própria, o artista tem que ter essa liberdade, mesmo eu não gostando, mesmo eu não concordando, preciso dizer: a arte é uma necessidade, ela se impõe. A arte, o belo, se expressa de várias maneiras, e foi uma beleza, como se diz aqui no Rio Grande do Sul, poder estar fazendo esse debate hoje, à tarde, aqui. Obrigado, Valter; obrigado, Dr. Gilberto. Vida longa à nossa grande Bienal do Mercosul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Quero registrar a chegada do Dr. André Jobim de Azevedo, professor, advogado e atualmente entregando um pouco do seu tempo aqui à realização da Bienal do Mercosul na função de diretor jurídico. Obrigado, Dr. Jobim, seja bem-vindo.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. Valter Nagelstein. Quero também cumprimentar o Dr. Gilberto Schwartzmann, presidente da 11ª Bienal do Mercosul, parabenizar pelo esforço de acesso à cultura, de divulgação, de potencialização dos nossos artistas, nossa produção, desse enlaçamento, desse diálogo com a nossa América Latina, com os outros países que tantas vezes e tanto tempo estivemos de costas. Exemplo disso é o nosso País desconhecer as línguas indígenas, elas estarem quase que invisibilizadas, diferentemente de outros países cuja população indígena conseguiu resgatar a dignidade, conseguiu manter inclusive a representação política nos Parlamentos, até nas suas constituições. O papel que a arte cumpre em desvelar essa cultura, desvelar a beleza da nossa cultura originária é um papel contra a corrente, um papel que reconstrói identidades, que descoloniza, porque ainda muito falta aos nossos países para se descolonizarem e construírem uma identidade própria e, a partir dos seus saberes, construírem um desenvolvimento próprio.

Há um debate permanente nesta Casa entre o público e o privado. Quando o Dr. Gilberto sublinha que os recursos para a 11ª Bienal são públicos, são de renúncia fiscal, nos chama atenção a importância de uma gestão pública, de uma gestão com compromisso com o acesso à cultura, que reconheça que, de fato, sem os recursos orçamentários públicos, nós não temos condições de garantir acessibilidade, como é o caso da presença das escolas para fazer o diálogo da educação com a cultura. Nós temos consciência de que a educação, quanto mais se afasta da cultura, mais em crise entra, porque a cultura aposta no sujeito criador, aposta no sujeito que pensa, que reflete a realidade, aposta no homem e na mulher produtores de conhecimento e, portanto, produtores de história, produtores de cidadania e de soberania.

A Bienal sobrevive, eu acredito que muito pela militância de pessoas como o Gilberto. E nós, em Porto Alegre, estamos lutando para que a cultura sobreviva dentro da educação. Nós temos, só neste momento, duas escolas que estão com vaquinhas públicas para conseguir participar de encontros de dança. Eu não vou nem falar da robótica, vou falar da dança do EMEF Senador Alberto Pasqualini. Eu assisti, sexta-feira, à nossa Companhia Municipal de Dança, jovem companhia. Sei lá se existe outra companhia de dança que tenha raízes em cinco escolas municipais, cinco escolas municipais têm escolas preparatórias de dança. Um artista adulto que fez uma apresentação belíssima junto ao grupo, na sexta-feira, é oriundo das nossas escolas municipais. Por ter as escolas preparatórias nas escolas, nós temos um excelente corpo de baile público municipal, que arrasou nos palcos do Teatro Renascença, na sexta-feira. E ali estavam assistindo as meninas e os meninos do Pasqualini, porque eles dançam lá na Restinga e sonham em participar de uma equipe de dança municipal, quiçá nacional. Isso é recurso público e o Prefeito Marchezan renuncia de apoiar esses grupos, como o grupo da Loureiro da Silva, que é aqui no Cristal, que já dançou na abertura dos Fóruns Sociais Mundiais, e tem que ir a Passo Fundo fazer brechó, vaquinha, porque sequer R\$ 9 mil estão disponíveis para o grupo de dança. Então, dizer que apostamos muito na cultura e em diálogo com a educação. É fundamental. Se teremos de disputar os nossos jovens, os nossos alunos com a droga, com a violência, da maternidade e maternidade precoces, do trabalho precoce, a cultura, com certeza, tem que chegar a essas crianças, a cultura tem que aprender a fruir, a produzir fruindo a arte. Parabéns, muito obrigada pela condução da 11ª Bienal, e vamos fortalecer a divulgação, para que todos aproveitem. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Agora, quando a Ver.^a Sofia falava, eu me lembrei da arquiteta de Barcelona, que esteve aqui há quatro anos, Dr. Gilberto, para falar sobre o mobiliário urbano, porque o de Porto Alegre não anda. Ela dizia que em Barcelona, num determinado momento, tomaram uma decisão, que foi de qualificar o Centro e monumentalizar a periferia. Eu nunca mais esqueci daquela expressão, porque é colocar obra de arte também nas ruas, na periferia, fazer esse diálogo, essa qualificação da Cidade. Infelizmente, nós nos barbarizamos aqui: as obras antigas, históricas, todas destruídas e não há capacidade de gerar novas obras e novos espaços, isso é muito ruim.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara e que nos prestigia com sua presença. Cumprimento-te, Gilberto, pela realização da 11ª Bienal, sob o título O triângulo Atlântico. Como Secretária de Estado da Cultura, no governo Yeda Crusius, tive a honra de me envolver, de acompanhar, de participar de duas edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul, uma das posições da Secretaria da Cultura durante a minha gestão, que tinha como premissa a arte de incluir pela cultura, de contemplar e ser parceira, principalmente de iniciativas e propostas que promovessem e aprimorassem o desenvolvimento e a inclusão social, bem como tu falaste aqui na tribuna: aproximar as comunidades, as crianças. Esses relatos de pessoas que nunca entraram em um museu, que nunca participaram de uma bienal, emocionam, tocam profundamente a gente; são ações de afastamento, de prevenção da violência, foco no trabalho com as crianças e jovens, ações de muita importância, educativas. Chamou-me a atenção o que tu falaste: fiquei surpreso e também acredito que a maioria das pessoas não sabem que esse evento tem a participação da iniciativa privada, das empresas. Da forma como colocaste, sim, é verdade, as pessoas não sabem. É a Lei de Incentivo à Cultura, é a renúncia fiscal das empresas em 0,5% – o Estado, através desse mecanismo, abre mão desse dinheiro que entraria para educação, saúde, segurança, através da cultura; ele abre mão e direciona para cultura. Então, é dessa forma que essa renúncia fiscal das empresas

funciona: investe em cultura – cultura, educação. Acompanhei muito bem isso na época em que fui Secretária; lembro, Gilberto, quando cheguei, que havia um burburinho muito grande, os ditos da cultura diziam que a Mônica Leal é da segurança, não é da cultura. E tudo que a Secretaria precisava naquela época era uma boa gestão. Eu encontrei um passivo da Lei de Incentivo à Cultura com R\$ 14 milhões em dívida, e não aconteceria nenhuma bienal dali para frente. O Tribunal de Contas me chamou dizendo que “fecharia” a Lei de Incentivo à Cultura, devido à dívida de muitos Governos anteriores. Então, nós programamos na época; eu, como Secretária da Cultura, fiz um planejamento, mapeei o Estado do Rio Grande do Sul para saber quais eram as épocas com maiores eventos em que não teríamos que ajudá-los pelo interior do Estado, porque quando eles acontecem é a economia toda que mexe, é um leque: é o restaurante que funciona, é o posto de gasolina. Desta forma, os meses em que não tinham esse evento, assim como também não teria bienal, nós fomos pagando, através da renúncia fiscal, zerando o passivo de R\$ 14 milhões, que em um ano estava completamente saneado, saudável, e daí em diante esses projetos, esses eventos, a própria Bienal pôde acontecer aqui, no Estado do Rio Grande do Sul. E nós recebemos, através do presidente na época, o Dr. Miola, nota 10 pela gestão da Secretaria de Cultura, que teve um trabalho exatamente focado em gestão. Era necessário sanear as contas para, depois, fazer cultura. Não se faz cultura e educação, se não se tem as contas em dia.

Eu quero te cumprimentar, Gilberto, eu conheço teu trabalho, somos amigos de longa data. O Gilberto é amigo do meu marido, da comunidade judaica há muito tempo. A tua esposa foi escolhida por mim para ser a minha Diretora, na época, é uma médica, pediatra, formada em História, com todos os cursos, e cuidou do memorial, que foi maravilhoso, foi um período muito rico, então, nós temos uma ligação muito grande pela cultura. E todos aqui sabem da tua trajetória na medicina, na oncologia, o quanto também tu te dedicaste para um abrigo, na Av. Bento Gonçalves, João Paulo II, que acolhia pessoas que não tinham onde dormir à noite. E nós fomos juntos até o Prefeito para buscar recursos para manter aquele abrigo funcionando. Este é o Gilberto: trabalha em mil e uma áreas, tanto na cultura, como na medicina, e é um homem generoso, solidário, pensando sempre no próximo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Quero saudar a presença também do artista renomado, conhecido, reconhecido, Carlos Carrion de Britto Velho, Diretor da Bienal, que estudou com o meu conterrâneo, Danúbio, bageense, do Clube de Gravura de Bagé, daqueles artistas fantásticos de lá. Seja muito bem-vindo aqui nesta Casa. Bagé é quase como Quaraí, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador-Presidente, agradeço pela distinção. Tenho a absoluta certeza que o Ver. Dr. Thiago, meu companheiro de bancada, certamente gostaria também de se manifestar nesta hora em que nós temos a oportunidade de receber o Dr. Schwartzmann aqui conosco. Eu fui inclusive determinado, neste particular, de não abrir mão do privilégio de poder me manifestar por razões muito pessoais inclusive, mas que de maneira nenhuma comprometem a satisfação que a Casa do Povo de Porto Alegre tem de recebê-lo aqui conosco. Primeiro, porque a família Schwartzmann é muito bem quista de todos nós, com dois cidadãos honorários da Cidade, isso deixa muito claro o carinho com que os Schwartzmann são por nós recebidos. Segundo, e não menos relevante, o objetivo da sua vinda, o que o senhor representa. Pessoalmente eu me sinto extremamente gratificado por ter, na primeira oportunidade em que a Bienal se realizou, quando o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter era o seu propulsor principal de, na condição de rotariano, Presidente do Rotary Club do Partenon e integrante da Fundação Rotária de Porto Alegre, termos nos somado àquela organização com resultados altamente positivos para todos os lados. Aquela Bienal, inclusive, permitiu que naquele ano, o meu Rotary pudesse atender várias entidades meritórias com o recurso provindo do ingresso que, na ocasião, era cobrado, e que 50% deveria ficar com o Rotary, e que, com o sucesso da Bienal, no entusiasmo, o Dr. Jorge destinou todos aqueles valores, o que nos permitiu investir em várias entidades meritórias, eu repito, que estavam com necessidade e foram bem atendidas. De outro lado, não há de deixar de se reconhecer essa posição extremamente positiva que goza o Município de Porto Alegre dentro do contexto brasileiro e latino-americano por ser o organizador da Bienal do Mercosul.

O Presidente da Casa, bajeense de nascimento, não quis se furtar da oportunidade de gizar minha condição de homem da fronteira, nascido nas barrancas do rio Quaraí, e que

evidentemente entende que, há muito tempo, a gente fazia Mercosul a nosso modo em Quaraí, e que culturalmente Porto Alegre começou a fazer através da Bienal. Eu sempre disse que o Mercosul não poderia ser apenas um instrumento econômico de integração entre os países do Cone Sul da América, teria que ser mais do que isso, teria que ser o promotor e o indutor de uma integração cultural. E a Bienal cumpre rigorosamente essa finalidade e essa situação.

Por isso, Dr. Gilberto, permita-me que eu lhe diga que, mais do que torcer, mais do que cruzar os dedos para que dê certo mais essa edição, quero que o senhor saiba que não sou eu, a minha bancada, o meu partido, esta Casa, todos nós estamos à sua disposição para auxiliar no que for necessário para que essa senda de êxitos que a Bienal tem obtido ao longo desse tempo, há mais de um decênio, possa agora se confirmar, com toda a justiça, nesse período em que o senhor é o mais direto responsável pela sua realização.

Bem-vindo à Casa, cidadão honorário que o senhor é, tem direito a prerrogativas especiais que nem eu o sei, o senhor é *ad eternum* nesse mérito, até com toda a justiça, leve consigo essa tranquilidade: a Bienal vai dar certo e nós vamos estar ao seu lado para que ela dê certo mesmo, com toda a intensidade. Meu abraço e meu aplauso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Prof. Gilberto Schwartzmann, nos conhecemos dos bancos acadêmicos, brilhante professor de Oncologia, um dos pesquisadores mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente nesse sentido. E quão importante é que nós possamos abraçar pessoas que têm destaque nas suas áreas profissionais, mas também abraçarmos a cultura e a educação. E, nesse sentido, o saúdo, já tive a oportunidade de visitar, ali no Iberê Camargo, quando as entidades médicas todas também participaram desse processo de arte, a grande exposição que ocorreu ali, naquela oportunidade, no ano passado.

Então, Dr. Gilberto, é fundamental essa sua atuação, trazendo também, com o seu peso, a visibilidade que a Bienal precisa. Nós tivemos algumas dificuldades, vou deixar assim, não vou entrar nessa polêmica em relação a algumas exposição, entre aspas, de arte na

cidade de Porto Alegre no último período. Certamente, a Bienal mostrando essa questão Brasil-África, trazendo esses pontos importantes de discussão, vai acabar fazendo com que esses episódios que ocorreram nesse último período possam ser com mais facilidade esquecidos pela Cidade. Parabéns pela sua atuação. Louvo a atuação de um médico numa área que nós acabamos não sendo muito vistos, principalmente nesta seara o apoio que a gente tem vislumbrado até por ser a sua pessoa das entidades médicas e dos quadros médicos da Cidade e do Estado. Parabéns, Gilberto Schwartsmann. Contem conosco e com esta Casa não só para divulgar esse processo, mas também para enaltecê-lo e poder fazer com ele se multiplique Rio Grande afora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Dr. Thiago. Quero referir que nós temos várias pessoas que estão contribuindo, ajudando na realização da Bienal aqui também nos visitando.

O Sr. Gilberto Schwartsmann está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. GILBERTO SCHWARTSMANN: Eu só queria agradecer esta oportunidade de vir a esta Casa, agradeço-lhe muito, Presidente, também aos Srs. Vereadores. A Bienal continua à disposição de todos até o dia 3 de junho, quem não a visitou ainda no Centro Histórico, por favor, não perca esta oportunidade.

Eu queria aproveitar este ensejo para agradecer aos diretores da Bienal, alguns deles estão aqui presente, ao nosso *staff*, nossos trabalhadores do dia a dia da Bienal, que estão aqui nos prestigiando. Agradeço novamente e peço que, por favor, não percam a oportunidade de visitar a Bienal. Eu sou suspeito para falar, mas é uma Bienal linda. Do ponto de vista estético, ela é imbatível e sua mensagem da mesma forma. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Dr. Gilberto. (Palmas.) Antes de me despedir, quero mais uma vez citar os vários locais de visitação da Cidade: Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Santander Cultural, Memorial do Rio Grande, na Praça da Alfândega, na Igreja das Dores, uma obra muito importante, disse o Dr. Gilberto, lembrou-me o hebraico, uma língua que se perdeu durante muito tempo, mas que hoje foi

resgatada e se fala no moderno Estado de Israel, que, aliás, vamos homenagear aqui na Câmara. E o senhor é um expoente muito importante. Um abraço a todos. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações e, logo após, no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio, nos termos do Requerimento nº 040/18, de autoria do Ver. Professor Wambert.

Convidamos para compor a Mesa o Diácono Walter Júlio Branchiers Junior, representante da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio.

O Ver. Professor Wambert, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, público que nos assiste em casa, pela TVCâmara, essa homenagem não é apenas religiosa, mas é uma homenagem a todo um povo que ajudou a construir o Rio Grande do Sul. Todos os imigrantes italianos que vieram do Velho continente, para os quais sobrou essa serra gaúcha que tiveram que desbravar com as unhas, porque nenhuma estrutura lhes foi dada. Um dos elementos que fizeram com que essa gente forte, que veio da Itália, subisse essa serra com tanta determinação foi a fé. A fé em Deus e a esperança de uma terra prometida que lhes foi dada, mas sobre as quais tinham de construir com as próprias

mãos com uma confiança inabalável em Nossa Senhora de Caravaggio, que é uma devoção do século XV, que surgiu na Cidade de Caravaggio, na Itália. Por isso que leva esse nome, pois, segundo a tradição, Nossa Senhora teria aparecido para uma camponesa, chamada Joaneta Varoli, que sofria muitos maus-tratos do marido. E a Virgem teria aparecido para ela e prometida muita paz nesse mundo, não só para ela, mas para aquelas que tivessem fé, esperança no coração. E como prova da veracidade daquela aparição, teria feito surgir, aos pés de Joaneta, uma fonte de água viva com poderes milagrosos. Diácono Walter Julio Branchiers, em nome de quem homenageio toda a paróquia de Caravaggio, todos os fieis que frequentam aquela paróquia lá no Jardim Lindóia, eu tive o privilégio de, em 1991, estar lá em Caravaggio, na Itália, visitando aquele santuário, que fica perto da Cidade de Bergamo e de Milão. E constatei e bebi dessa água milagrosa, que, como veracidade das aparições de Caravaggio, brotaram do chão com poderes misteriosos de cura. Muita gente foi curada, existe um catálogo gigantesco de gente que bebeu dessa água. Eu tive o privilégio de beber também. Logo depois das aparições, a água foi levada ao Papa, e inclusive ao operador do oriente, pois ainda subsistia o Império do Oriente, foi levado ao imperador do Oriente para que bebesse dessa água milagrosa de Caravaggio. Quando os imigrantes italianos vieram para cá, construíram o Santuário de Caravaggio lá na Serra, e hoje esta Câmara de Porto Alegre se dedica, Ver. Oliboni a comemorar os 50 anos desta Paróquia de Caravaggio que é um símbolo de esperança, de fé, de determinação, de coragem, de superação, mas também de um desejo incessante e inesgotável de sentir a paz, e aquela paz que só Deus sabe dar ao nosso coração. Então, Diácono Walter, em nome desta Câmara Municipal, deste Vereador proponente desta homenagem, transmita a todos os fiéis da Paróquia de Caravaggio a nossa homenagem, a homenagem da cidade Porto Alegre por este jubileu de ouro. Que se repita por muitos e muitos anos.

Vereador João Carlos Nedel (PP): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Ver. Wambert, quero apresentar os cumprimentos a V. Exa. pela importante homenagem à Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio. Quero cumprimentar o Diácono Walter Júlio Branchiers Júnior, será uma honra V. Exa. ser nosso diácono. Quero, em nome da minha Bancada, do Partido Progressista, da nossa Ver.^a Mônica Leal, Cassiá Carpes, Ricardo Gomes e meu, lhe dar as boas vindas e ratificar o que o nobre colega

pág. 13

Wambert aqui falou sobre a devoção a Nossa Senhora do Caravaggio. Quero ressaltar o trabalho imenso de solidariedade que a Paróquia faz com a Vila Nazaré. Há anos a Paróquia cuida da Vila Nazaré, e isso é realmente uma demonstração de amor que o senhor tanto nos falou hoje na celebração em nossa capela, aqui na nossa Câmara. Isso é realmente uma demonstração de amor às pessoas que a Paróquia faz. Cumprimentos, parabéns, e que continue servindo cada vez mais a nossa comunidade de Porto Alegre. Cumprimentos.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saudando primeiro o Valter com v, nosso Presidente, e também o Walter com w, o nosso diácono, parabenizando o Ver. Wambert também com w, pela homenagem em nome da bancada do PTB, deste Ver. Cássio Trogildo, do Ver. Paulo Brum, do Vereador Elizandro Sabino, e do Ver. Dr. Goulart, lhe parabenizar, Ver. Wambert, por essa bela homenagem, por essa excelente lembrança, cinquentenário da Nossa Senhora do Caravaggio, aqui do Jardim Lindóia e a referência a todo este momento que temos lá na Serra Gaúcha, no interior de Farroupilha, essa grande peregrinação, que realmente é uma grande demonstração da cultura religiosa do nosso povo do Rio Grande do Sul. Mas mais do que isso também, como bem disse o Ver. Wambert, da saga dos nossos peregrinos e colonizadores italianos que aqui chegaram para ajudar a construir essa nossa Nação, esse nosso Estado, o Rio Grande do Sul, que tanto contribui para o nosso País, parabéns e vida longa à Paróquia Nossa Senhora do Carravaggio.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saudando V. Exa, saudando também o nosso convidado no dia de hoje, Diácono Walter e o nosso proponente, o Ver. Wambert; de fato, nós também enquanto bancada do PT, Ver. Sofia, Ver. Adeli, Ver. Marcelo, queremos não só parabenizar pelos 50 anos, nobre Wambert, mas também dizer que importante é essa oportunidade e evangelização que o Senhores fazem, como disse o Ver. Nedel, na Vila Nazaré. Esse trabalho de apostolado, e mais do que isso, de solidariedade às pessoas menos aquinhoadas e que muitas vezes só se apegam, ou em a possibilidade, de confiar só em Deus, ela nos dá uma enorme dimensão de que, às vezes, o Poder Público ou as obras e ações do Poder Público ficam muito distante. É importante que chegue essa realidade no Parlamento para que também

o Parlamento acabe percebendo a importância do trabalho social que o Poder Público pode dar em relação às comunidades menos aquinhoadas, ou mais pobres. Então, nesse sentido queremos lhe parabenizar pelo trabalho e, ao mesmo tempo, ao nobre proponente, em reconhecimento aos 50 anos de história de luta em busca da dignidade dessas pessoas. Muito obrigado.

Vereador Moisés Barboza (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Queria elogiar esse importante espaço que o meu colega Ver. Wambert nos proporciona para comemorar os 50 anos da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio, mas eu vim aqui, Presidente Valter, muito especialmente, de forma pessoal, dividir com vocês minha experiência: eu tive o prazer e a honra, em uma pequena parte da minha juventude, de ter estado um pouco próximo ao Diácono, na época em que nós tínhamos mais cabelo! (Risos.) Eu queria, na realidade, dar o testemunho aqui da dedicação pessoal do Diácono Walter na busca e na defesa dos valores mais corretos que uma juventude precisa. Quero agradecer ao senhor pelo que foi feito por inúmeros jovens – e que eu tive a honra de testemunhar. Quero dizer que esta Casa está muito homenageada com sua presença no dia de hoje. Obrigado.

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Valter, eu quero, obviamente, saudar o Diácono Walter Júlio Branchiers Junior, que nos dá a alegria de sua presença aqui, e estabelecer que eu já vinha a este microfone, Vereador, para me solidarizar por inteiro com a sua proposta muito bem exposta, muito claramente defendida, se é que precisava ser defendida. Esse meu propósito ficou fortemente abalado com a manifestação de testemunho presencial feita pelo Ver. Moisés Barboza, que não só consolida como amplia a sua proposta, a fazendo, obviamente, credora do nosso aplauso e da nossa solidariedade. Por isso, meu caro Diácono, venho aqui a este microfone para, em um só tempo, me integrar às celebrações do 50º aniversário da Paróquia e me somar àqueles que acreditam no excelente trabalho ali desenvolvido e do qual V. Sa. é o artífice principal. Quero dizer ao companheiro Professor Wambert: V. Exa. tem marcado aqui na Câmara, com muita propriedade, a sua atuação de cristão, de católico, de homem comprometido com as ideias que proclama, professor universitário que é, homem de fé comprovada e renovada. V. Exa. junta tudo

pág. 15

isso nesta homenagem consagrada de um trabalho bem-feito e, sobretudo, reveladora da sua coerência, na sua proposta de atuação nesta Casa. Meus cumprimentos ao Diácono e ao nosso Presidente; a todos, o meu abraço e a minha mais ampla solidariedade.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Para concluir, então, Sr. Presidente, como eu estava lhe dizendo, que tenhamos ainda muitos jubileus a comemorar e que a nossa Paróquia Nossa Senhora de Caravaggio continue dando esse testemunho de amor cristão, porque o amor cristão não se expressa na piedade, na capacidade de rezar ou de falar com Deus, mas no serviço ao outro, no serviço ao próximo, reconhecendo o próximo como outro eu, como outro alguém, nessa experiência de alteridade. Então meus parabéns por esse trabalho extraordinário, trabalho social, também, que a Paróquia Nossa Senhora de Caravaggio realiza, considerando o ser humano integral, ou seja, como uma pessoa. Dom Hélder Câmara, de saudosa memória, costumava dizer que não era pastor de almas, mas pastor de pessoas, pessoas que têm dores, alegrias, sofrimentos e felicidades, mas também pessoas que têm fome, frio, desconforto e que precisam do mínimo de bem-estar para ter sua dignidade reconhecida. E isso a Paróquia Nossa Senhora de Caravaggio faz com muita propriedade, com muita dedicação e com muita fidelidade aos ensinamentos de Cristo. Muito obrigado. A Casa se alegra em recebê-lo e em poder fazer esta homenagem. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Convido o Ver. Professor Wambert a proceder à entrega do Diploma alusivo a este momento, proposto pelo ilustre Ver. Professor Wambert, ao Diácono Walter Júlio Branchiers Junior.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Sr. Walter Júlio Branchiers Junior está com a palavra.

O SR. WALTER JULIO BRANCHIERS JÚNIOR: Excelentíssimos Srs. Vereadores, Presidente Valter Nagelstein – seu nome é muito bonito - agradecemos em nome da comunidade Nossa Senhora do Caravaggio, que este ano completa o seu cinquentenário, dentro do nosso bairro Jardim Lindóia e Parque São Sebastião, a qual a comunidade muito teve a contribuir com a transformação dos bairros, desses dois bairros. Foi falado nesta tribuna, pelo Professor Wambert, e os demais Vereadores sobre o trabalho social que é feito na Vila Nazaré, a qual está sendo retirada, em breve, devido à ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho. Peço gentilmente e aproveito este momento, que olhem com carinho por esse povo que vai ser retirado de lá.

O nosso trabalho social que fizemos há mais de 25 anos é simples, é singelo, é o café da manhã para as crianças que não tem o pão nosso de cada dia. O simples café que ajuda essas crianças que vão para seu período escolar. Então, peço gentilmente, que olhem com carinho, este momento, ou mais adiante, não sei quando, acredito que este ano, ou no ano que vem, serão retirados daquele ambiente, para que possam ter um ambiente mais digno. A comunidade de Caravaggio faz esse trabalho social devido também ao íntimo italiano que está em nós. Todo italiano e a mãe de Caravaggio Nossa Senhora, com o título de Caravaggio Maria Santíssima, jamais deixa passar os seus filhos necessidade, e sempre olha com carinho para os seus. Então, como um bom Diácono, acredito que sou, na comunidade, juntamente com o Padre Miguel Louzada e todos os membros fiéis dessa comunidade, nós agradecemos com carinho essa homenagem. Também peço e convido a todos – não peço, mas convido a todos – a participar dessas festividades que iniciam nesta sexta-feira a partir das 20h a novena, e o cume da festa e da novena será no dia 26 de maio, às 19h, com a procissão dentro do bairro Parque São Sebastião. Nós temos uma característica muito italiana na nossa comunidade, há alguns anos, a procissão passa nas ruas do bairro, e muitas pessoas que não conseguem mais sair das suas casas devido a problemas de saúde conseguem ir até a porta das suas casas, e nós, tanto o padre Miguel Louzada como este diácono que vos fala, paramos, escutamos as pessoas e damos a benção, e a comunidade que está passando, está em procissão, também reza por elas, pela saúde dessas pessoas. Agradecemos e convidamos todos a participar da novena, dia 26, a procissão e, dia 27, a confraternização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Nós agradecemos a presença do diácono Walter Julio Branchiers Júnior, representante da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio, neste período de Comunicações. Cumprimos o Ver. Professor Wambert pela proposição. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h19min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (15h20min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje, utilizando este tempo de Liderança do PMDB, quero fazer referência a um tema que é muito importante para o atendimento em saúde na nossa Cidade, que é o Hospital Beneficência Portuguesa. Desde o segundo semestre do ano passado, Ver. Oliboni, nós tratamos desse assunto no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Fizemos, no final do mês de outubro, mais precisamente no dia 25 de outubro de 2017, uma visita ao hospital, inclusive a Ver.^a Fernanda Melchionna nos acompanhou, juntamente com funcionários, usuários dos serviços prestados pelo hospital, representação da Secretaria Municipal da Saúde, Sindicato dos Enfermeiros, Sindisaúde, entre outras organizações e entidades que estavam assustadas e preocupadas com duas situações básicas. Primeiro, a falta de pagamento regular dos funcionários contratados pela instituição; segundo, porque o hospital já prestava um serviço muito abaixo da sua capacidade. Os leitos ocupados estavam aquém, o serviço de consultas, exames e exames laboratoriais também estava muito abaixo daquilo que a estrutura do hospital oferece.

Daquela visita resultou uma reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente na Câmara de Vereadores. Nessa reunião, que foi realizada dia 21 de novembro, todos os atores que estiveram na visita também participaram, se somando a eles o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e a própria Secretaria Municipal da Saúde. Faço referência ao Poder Público e ao Simers, que foram decisivos para que, daquela reunião, saísse uma decisão

que fez com que se chegasse ao desfecho que temos hoje: que a então direção do Beneficência Portuguesa pedisse demissão e assumisse, a partir dali, uma nova direção, e se tomassem novas providências. O encaminhamento principal daquela reunião da COSMAM foi que nós faríamos uma reunião com o Banrisul, para ver se o banco, de fato, liberaria uma solicitação de crédito, que ficaria disponível para que o hospital pudesse iniciar um processo de recuperação financeira e, a partir daí, devolvesse os serviços que estava deixando de prestar à população. Que pudesse, também, colocar paulatinamente em dia o pagamento dos seus funcionários. Foi decidido pela nova direção, por um outro caminho. Fez-se, então, uma outra auditoria, e o Hospital Sara Kubitschek colaborou, o próprio Sindicato Médico também colaborou, e o Banrisul também, e essa auditoria tem levantado todas as despesas mal-pagas, todos os recursos mal-encaminhados, e tenho absoluta certeza de que irá concluir por aquilo que, de fato, existe como déficit no Hospital Beneficência Portuguesa e aquilo que é preciso captar, arrecadar para que o Hospital volte a funcionar. Pois nesse transcurso de tempo, também houve uma outra questão, Ver. Moisés: esse assunto, felizmente, passou a ser gerido pelos agentes políticos de Brasília, porque até então eles fizeram de conta que o Hospital Beneficência Portuguesa não existiu. Porque até emendas parlamentares que, às vezes, se concentram em uma ou outra instituição, não foram destinadas para lá. Prova maior disso, é que temos um andar inteiro do Beneficência com obras inacabadas, o que aumentaria a oferta de leitos pelo SUS, por exemplo, na Cidade, se as obras fossem concluídas. Pois os agentes políticos de Brasília, então, voltaram a perceber que existe o Hospital Beneficência Portuguesa e que bom. Num primeiro momento, alguns deputados federais, que passaram a trabalhar esse assunto, chegaram a considerar a hipótese de o Beneficência se tornar um hospital-escola, com o apoio da UFRGS; fizeram uma discussão com o Ministério da Saúde e agora surge uma nova opção. Sei que haverá uma nova reunião, quarta-feira, em Brasília, especificamente para esse assunto: para que o Grupo Hospitalar Conceição possa alugar, senão a totalidade, parte do espaço do Beneficência Portuguesa, para que ele volte a operar normalmente. O fato é que, desde 1990, a saúde é municipalizada, o Município de Porto Alegre, assim como todos os outros Municípios brasileiros, recebe recursos regulares para fazer o cumprimento da gestão do SUS. E o Beneficência Portuguesa é um hospital que majoritariamente atende pelo SUS e que hoje, com todas essas dificuldades que eu elenquei aqui e outras tantas, só tem dois leitos ocupados, que são o

pág. 19

que o mantém aberto, e nenhum outro serviço está sendo prestado: nenhuma consulta; nenhum exame; nenhum exame laboratorial – nada! E é um hospital que tem uma importância estratégica na Cidade, é um hospital que tem uma localização geográfica especial perto dos outros. Aliás, Porto Alegre, diferente de outras Capitais, de outras metrópoles brasileiras, tem se especializado em fechar hospitais, assim foi o Hospital Petrópolis; assim foi com Lazzarotto; assim foi com o Hospital da Criança, que felizmente foi retomado depois; assim foi com o Parque Belém, mais recentemente. Essa discussão, para concluir, tem que voltar a ser tratada no âmbito do Município, porque temos que nos apropriar e compor uma unidade do Município, do Estado e da União, para que o Beneficência Portuguesa volte a funcionar, e a população possa usufruir os serviços de saúde de qualidade que foi prestado ao longo de décadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. Srs. Vereadores, quero cumprimentar o Ver. Ricardo Gomes que está de aniversário no dia de hoje, desejar-lhe vida longa, sucesso nas empreitadas políticas, saúde e felicidade. Um abraço, parabéns!

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero também dar os parabéns ao Ver. Ricardo Gomes; é uma honra, Vereador, ter um homem da sua qualidade neste Parlamento de Porto Alegre, com sua coerência, com seu zelo, com sua dedicação ao bem comum, com sua qualidade intelectual, moral, porque suas intenções nesta Casa são muito claras: se dedicar ao bem comum, com muitos colegas aqui que muito me honram. Hoje, minha homenagem vai para o colega, mas vai também para o Estado de Israel que hoje está completando 70 anos. Um povo admirável, que, ao longo da história, sofreu de todos os males, perseguições, quase não sobreviveu a um genocídio atroz, uma das maiores abjeções que a história da humanidade já conheceu. O povo de Israel foi disperso no ano 70, na grande diáspora, espalhado pelo mundo pela violência da espada romana, só conseguindo voltar a sua terra no século passado, quando, em 1948, teve o direito de ter o seu solo e seu chão reconhecido pela ONU. O povo de Israel sobreviveu ao grande

pág. 20

shoah, o grande holocausto do século XX, levados como ovelhas ao matadouro para serem sacrificados em nome da tirania, da covardia, do nacionalismo, e, sobretudo, de um modelo de ciência e de ética que coloca hoje o ser humano como coisa, coisificados que foram nos campos de concentração, nas pesquisas científicas, que, depois, foram condenadas pelo decálogo e pelo Código de Nuremberg. Sabemos que o período que a medicina mais avançou na história foi justamente no período nazista, onde cobaias vivas, contra as suas vontades, eram utilizadas nas mais cruéis e atrozes pesquisas científicas, quase todas elas de origem judaica. Não se conhece, na história da humanidade, um povo que tenha sofrido tanto quanto o povo de Israel. Mas não se conhece, na história da humanidade, um povo que tenha tanta perseverança, tanta esperança e tanta vontade de resistir, de perseverar e de se encontrar com o futuro do que o povo de Israel. Um povo que, não obstante, espalhado pelo mundo inteiro manteve as suas tradições, sua cultura e até mesmo a sua língua. Em 1948, foram brindados, não só pela comunidade internacional, mas como mérito dos seus esforços, da sua inteligência, da sua fortaleza, da sua dedicação, a ter o seu chão, a sua terra.

É importante dizer, Sr. Presidente, o quanto nós, ocidentais, devemos hoje ao Estado de Israel. Israel é a porta do Ocidente, é o Estado de Israel a primeira fronteira, o primeiro baluarte da nossa cultura, dessa cultura que é simbiose da cultura hebraica, do direito romano e da cultura cristã. Este Ocidente que tem três elementos substanciais, que é a junção dessas três culturas e que hoje resiste graças a um baluarte, que é o Estado Israel. Caindo Israel, cairá todo o Ocidente. Digo mais, Sr. Presidente, a esquerda festiva, que é antissemita, que odeia judeus e que é contra o Estado Israel, e que aplaude a imigração mulçumana para Europa, no estado totalitário mulçumano, será a primeira a sofrer. A dignidade das mulheres, a liberdade de expressão, a liberdade de crença e todos os grandes valores que este Ocidente conquistou estão lá naquele Estado, lá cravaram no Oriente, e um dos problemas dele é justamente por ser um Estado Ocidental à margem do Oriente, é uma das coisas pelas quais os judeus pagam tanto hoje, hoje os israelenses pagam tanto e tão caro por terem o seu Estado, porque é o único Estado democrático e livre de todo o Oriente. Então, nossa homenagem, o nosso orgulho e a nossa gratidão ao povo e ao Estado de Israel, por ser essa porta do Ocidente que nos protege, defende e é baluarte dos nossos valores. Vida longa ao Estado de Israel!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Professor Wambert, não só na condição de Presidente, mas me permita, com a devida vênia, muito particularmente eu quero lhe agradecer as palavras.

Aproveito para convidar o Professor Wambert, Ver. Ricardo Gomes e todos os Vereadores para uma Sessão Solene que teremos no dia de amanhã em homenagem à recriação do moderno Estado de Israel, que é, na verdade, a partilha da Palestina, é a ideia, perseguida há 70 anos, de dois povos, dois territórios e duas nações vivendo em paz naquela região – os judeus, eu tenho certeza, continuam perseguindo. E já estamos ali fora com a exposição sobre Jerusalém, para a qual eu também quero convidar a todos, que é, na verdade, o farol espiritual do mundo, cidade sagrada para três religiões, as três religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e, mais recentemente, o Islã.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem; o PLL nº 021/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, tem uma emenda de minha autoria, que já foi votada e aprovada por unanimidade; creio que hoje votaremos o projeto, Ver. Oliboni. Foi sempre uma luta muito grande minha, porque eu tenho diabetes e sei como é difícil. O diabetes tem que ser combatido lá na raiz com a educação alimentar das nossas crianças, o que é muito importante, para que, ao chegarem à vida adulta, não tenham esse gasto enorme com hospitais, e quem gasta com isso é o Governo. Eu vejo aqui que os colégios municipais vão adotar, depois do resultado que tivemos aqui. Infelizmente, eu não posso votar contra uma coisa que venho pedindo desde que entrei na Câmara de Vereadores: alimentação. Talvez, se eu tivesse tido uma alimentação, enquanto jogador de futebol e depois que parei, eu não tivesse adquirido a diabetes. Eu vejo aqui que o açúcar é um veneno, tem aqui na lista aqui no projeto tudo que é permitido. O açúcar é um veneno para quem tem o diabetes, assim como o sal também. Muita gente acha que é só o açúcar, mas o sal também faz mal. O diabetes, quando vem, traz junto a hipertensão. Se essas crianças tiverem uma alimentação saudável, tenho certeza de que vão chegar na vida adulta sem doenças. E quem ganha com isso é o Governo, pois terá menos gastos nos hospitais. E quem ganha com isso é o ser humano, com seu corpo saudável, sem aquela loucura de:

a minha pressão está lá em cima, a minha glicose está lá em cima, Alex – que foi professor e sabe como que é –, às vezes, uma criança dentro da sala de aula que está lá emburrada, pode estar com a pressão alta, com dor, e não sabemos. Essa é a verdade. Então, que essas pessoas no colégio tenham a sensibilidade de ler bastante sobre o diabetes para que possam fazer uma boa alimentação no colégio para nossas crianças. Mas não só nos colégios, peço também às famílias...Ah, é muito caro. O *diet* é caro, mas se eu comer frutas e legumes, isso será uma comida do dia a dia de qualquer ser humano. Então, essa é alimentação que queremos ver nos nossos colégios municipais, estaduais, se Deus quiser, que essas crianças possam crescer adultos saudáveis. Essa é a minha luta, sempre foi minha luta, eu não como votar contra. E quero aqui parabenizar o Ver. Oliboni por esse projeto. Que nós tenhamos sensibilidade, porque estamos falando de doenças e é de interesse de toda a população, do ser humano. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Quero registrar a presença nesta Casa do ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual Edson Brum, que muito nos honra nos visitando. Seja sempre bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISES BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, saúdo também o Ver. Ricardo Gomes, pelo aniversário. Subo a esta tribuna, logo após o Ver. Tarciso, para falar de algo que o Ver. Tarciso fez aqui junto com vários outros Vereadores, porque é um motivador real que me fez estar aqui. As pessoas sabem o quanto demorou o nosso trabalho da Malucos do Bem para a gente chegar aqui, estar na Câmara de Vereadores. Eu estou um pouco em desvio de função da minha pauta, por força do espaço e trabalho que tenho que desempenhar aqui, mas o meu trabalho sempre foi ligado ao voluntariado e à ação social. Então não posso deixar de saudá-lo, Ver. Tarciso, sei que, com vários e vários outros Vereadores, com ajuda de outros Vereadores, tu fizeste um gesto muito bonito, que foi fazer uma ação entre amigos para ajudar a escola dos robóticos da Vila Mapa. São gestos assim, para mim, que me dão um pouco de motivação para continuar

aqui. Todos aqui sabem o quanto é duro as nossas funções, sempre há muita crítica, o rótulo da política está muito feio e com razão das pessoas, que direcionam sua revolta aos homens públicos. Ver. Tarciso, esses valores são muito importantes.

No ano passado eu subi nesta tribuna para falar de um colega e agora me sinto à vontade de revelar o nome dele, é que no dia não pude revelar porque ele estava aqui ainda. Eu subi muito emocionado nesta tribuna porque soube que em vez dele ter feito a sua festa de aniversário, ele havia feito uma doação do valor equivalente ao que ele gastaria a uma entidade, que foi o Ver. Idenir Cecchim.

Então, essas ações são muito importantes, tenho muito a elogiar V. Exa., Ver. Tarciso, e dizer que essa rapaziada continue estudando, dando orgulho para as suas famílias, para toda a comunidade escolar de Porto Alegre. Tenha em mim, Ver. Tarciso Flecha Negra, toda a minha admiração; todos os colegas que participaram também têm a minha admiração. Quero pontuar aqui, Ver. Tarciso Flecha Negra, que é esse tipo de ação que faz, cada vez mais, eu ter vontade de continuar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés Barboza. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, eu queria tratar de dois temas, o primeiro deles é que, no dia de hoje, estamos completando 60 dias do assassinato da Ver.^a Marielle, do PSOL do Rio de Janeiro. Nós não poderíamos deixar passar em branco sem o registro de que ainda não se sabe quem são os assassinos, quem mandou esses assassinos executarem a Marielle e nem as razões desse crime político bárbaro. Os informes que nos chegam dão conta de que houve avanços nas investigações; avanços que colocam como suspeito um ex-policia militar e um Vereador ligado às milícias do Rio de Janeiro – aliás, isso já fazia parte das nossas suspeitas. Algumas vezes eu usei a palavra desta tribuna para colocar essa questão. Esse é o primeiro ponto, é um tema muito grave porque é um avanço das milícias; é o crime ligado à política, as milícias praticando crimes. Isso existe no Rio de Janeiro, as milícias avançaram muito no Rio de Janeiro, mas é, sem dúvida, um quadro nacional. Então, discutir segurança pública é fundamental porque na degeneração do aparelho de

repressão do Estado Brasileiro, nós estamos vendo o surgimento de milícias que têm ação criminosa, não só no comércio, mas também agora na política, ao que tudo indica. Isso é muito grave, e, infelizmente, ainda se tem discutido muito pouco esse tema. Eu quero marcar, nesses meus cinco minutos, essa primeira questão. A segunda questão é muito grave e faz parte de um assunto internacional, um assunto também pouco discutido pela Câmara de Vereadores, que discute pouco o tema da segurança pública e assuntos internacionais discute menos ainda. Nós temos hoje, num dia muito especial para os palestinos, porque nós temos a discussão sobre o povo de Israel. E o povo de Israel, o povo classe de Israel, ao longo da história, o povo judeu, melhor dizendo – não o povo de Israel – foi de fato muito perseguido ao longo da história. Um povo classe, cuja perseguição maior foi quando nós tivemos o ascenso do nazismo. Foram perseguidos homossexuais, negros, comunistas, e os judeus foram dizimados pela experiência nazista. Então, isso é um dado da realidade muito importante. O povo judeu que produziu cérebros impressionantes, como Freud, Einstein, *Leon Trotsky*, como Marx, mas achar que os assuntos de geopolítica estão resolvidos, quando há conflitos, na própria fronteira de Israel, em função de um protesto palestino, originado por uma ação de provocação do Presidente Trump dos Estados Unidos, que colocou a embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém. Na comunidade internacional, os países buscam, justamente, evitar fazer um ato como esse, para tratar de ter respeito pelo povo palestino. Isso é muito importante, porque, no dia de amanhã, completa-se o aniversário de Israel, mas, no dia de amanhã, do ponto de vista palestino, completa-se o dia da tragédia, porque foram 700 mil palestinos obrigados a sair desse território, porque todas essas fronteiras do oriente médio foram construídas pela ação imperialista, na Primeira Guerra Mundial, pela ação da França e da Inglaterra. Portanto não vivem uma boa solução, ao contrário daqueles que dizem que teve uma boa solução. Não teve uma boa solução. Tanto não teve uma boa solução que, no dia de hoje, o protesto palestino foi violentamente reprimido. E as notícias que chegam são de mais de 50 mortos a partir da ação do exército de Israel. Essa é a realidade da região ali. Então, fazer simplesmente uma comemoração sem levar em conta que os palestinos estão sendo perseguidos é um absurdo, justamente porque os palestinos, em última instância, estão sendo tratados como os judeus foram tratados na segunda guerra mundial, como os negros na África do Sul foram tratados durante o *apartheid*, e os porto-alegrenses têm a obrigação de saber disso. Este tema é um tema

pág. 25

que tem que ser pautado na Câmara. Então acho que é muito importante dar solidariedade e apoio ao povo palestino que está lutando. Foram 700 mil refugiados. Não é pouca coisa. Quero apenas marcar, registrar, pois no dia de hoje mais de 50 palestinos foram assassinados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Robaina, por óbvio, o senhor tem toda liberdade, não vou entrar no mérito da questão política israelense-palestina, até porque sou um defensor dos dois estados. Só quero contestar que o senhor disse que a Câmara não tem discutido Segurança Pública e que quero dizer que a Câmara tem discutido muito segurança pública, nós fizemos duas audiências públicas de segurança, o senhor foi convidado, infelizmente não foi, e tem mais uma agora no dia 28 que o senhor está convidado para ir também, porque a audiência pública é um evento institucional da Câmara de Vereadores. O senhor está convidado a ir à audiência pública.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Essa foi uma audiência pública com um viés na abordagem da segurança pública que eu acho que é equivocado, é justamente o viés que está provocando o crescimento da milícia, é o viés que está provocando o encarceramento da juventude negra e pobre. Então eu acho que a Câmara de Vereadores está discutindo sob uma ótica, e penso que a ótica correta não é a que está sendo abordada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Eu só estranho que o senhor esteja dizendo isso sem ter ido, sem ter ouvido. Portanto, me perdoe... Não é um debate, Vereador.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas o senhor, na condição de Presidente pode debater e eu na de Vereador, não? Somos iguais.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não é um debate, só estou lhe informando que a Câmara de Vereadores tem feito audiências públicas, tem discutido, o

senhor não participa porque não quer. O senhor tem direito de ir lá e tem o direito de falar na tribuna. Não é um debate.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Que quero saber do Legislativo se o Presidente tem autoridade de debater. O senhor não é o imperador, é só o Presidente aqui na Câmara. (Som cortado, conforme determinação da Presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Exatamente, o Presidente. Por favor, quero abrir o microfone à bancada do Partido dos Trabalhadores.

Vereadora Sofia Cavedon (PT) (Requerimento) : Agradeço. Nós, o Ver. Adeli, o Ver. Marcelo e o Ver. Oliboni, em nome da nossa bancada, sob a liderança do Ver. Aldacir Oliboni, estamos, Presidente, formalizando a V. Exa., porque observamos em quatro projetos de lei relativos ao Previmpa, que não há em anexo ao processo do instituto de previdência, um parecer do Conselho de Administração. Então, como são temas que dizem respeito a cálculo atuarial, vida de milhares de funcionários e suas famílias, pensão. E nós, com base no que diz a legislação do Previmpa, Lei Complementar nº 478, que prevê que o Conselho, ele aprova todos os critérios e as legislações relativas ao instituto de previdência, e isso veio a esta Casa sem esse parecer, estamos, enquanto bancada, solicitando a V. Exa. as providencias, no sentido do cumprimento desse requisito fundamental para que tramitem esses projetos nesse Legislativo, para que os Vereadores possam ter segurança, a partir da análise técnica.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREREADOR ADELI SELL (PT): Em nome dos meus colegas do PSOL e do PT, colegas Vereadores, Vereadoras, peço licença para aqui colocar algumas preocupações. A última semana, para qualquer democrata, e eu sou um democrata, lutei muito pela liberdade, pela democracia, combati duramente, como várias pessoas aqui nesta sala combateram a ditadura militar. Nós lemos notícias muito tristes na imprensa na última semana, tremendamente tristes. Nós verificamos, pelas pesquisas realizadas, a imprensa

pág. 27

divulgou à exaustão, inclusive, a Rede Globo, que sempre esteve mancomunada com o regime militar, expôs, clara e objetivamente, o que foram os governos militares, em especial Ernesto Geisel e Figueiredo. Para muitos que tinham Ernesto Geisel, gaúcho, como um cidadão que tinha lutado contra a linha dura do Exército Brasileiro, verifica-se agora, com pesquisas, pronunciamentos e documentos, que ele não só compactuou, mas também deu ordens e esteve presente em vários momentos da morte de várias pessoas. Não era a fala que eu gostaria de fazer aqui no dia de hoje, longe disso, porque, em muitos momentos, de fato, eu acreditei, como muitos brasileiros acreditaram, que o General Geisel tinha sido um dos propulsores da abertura democrática; lenta e gradual, esse era o chamado, esse era o dístico daquele momento. Tristes momentos! Agora a gente fica sabendo, e é bom que a gente se pergunte: afinal de contas, em que circunstâncias morreu o Presidente Juscelino Kubitschek? Eu repito: em que circunstâncias morreu o Presidente Juscelino Kubitschek? Em que circunstâncias morreu João Goulart? Recentemente, seu filho lançou um livro contundente aqui na Capital; houve muito ranger de dentes, questionamentos à figura do João Goulart. Hoje, nós estamos vendo e podemos falar aqui, Ver. Alex, porque os dados, a verdade, começam a vir à tona: os países da América Latina fizeram, efetivamente, comissões da verdade e fizeram condenações a partir dos atos praticados pelas suas ditaduras – Uruguai e Argentina, de um modo especial. Aqui na nossa fala não tem revanche; na nossa fala tem apenas dor no coração pela morte de brasileiros, vários deles assassinados friamente, calculisticamente. Dias atrás, eu passava na Rua da Praia, num domingo, e pateticamente vi algumas pessoas pedindo intervenção militar, para acontecer o quê? A volta do arbítrio? Nós queremos liberdade, nós queremos democracia. Essas são as questões que não querem calar, e me entristece profundamente ter que vir aqui falar desse tema, tema duro, duríssimo. O General Geisel ia ao culto na igreja luterana. Leiam o livro do Pastor Silvio Meincke em que ele relata uma fala como jovem pastor luterano, e Geisel estava presente, nada falou naquele momento, nada disse. Está lá escrito. Hoje, vem à tona. Escrevi um texto chamado Santo Desnudo, e, agora, nós estamos desnudando parte importante da história do Brasil. Eu lutei contra a ditadura, fui preso pela Lei de Segurança Nacional da Polícia Federal duas vezes, perdi emprego, mas o que aconteceu comigo foi bagatela diante das mortes que aconteceram. O povo não vai calar diante dos acontecimentos e das coisas que vêm à tona agora. Nós queremos continuar lutando por

pág. 28

liberdade, democracia, estado democrático de direito. Viva o Brasil, viva o País democrático! Chega de ditadura!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente. Quero, com a mesma gravidade e com a mesma indignação com que o meu colega falou, falar, neste momento, em nome do Partido dos Trabalhadores, começando por outra manifestação estarrecedora, grave e criminosa. O pré-candidato à Presidência da República Bolsonaro comenta as revelações que vêm dos Estados Unidos sobre autorização para matar presos políticos com a seguinte expressão: “Quem nunca deu um tapa no bumbum do filho e depois se arrependeu?”. Esse comentário compara as autorizações sumárias do Geisel para executar opositores do regime militar. Esse, que é criminoso contumaz, que praticou estímulo ao estupro, que é preconceituoso, que é racista e que continua repetindo palavras nesse sentido. E por que eu faço esse gancho? Porque nós temos vários debates, Vereador Presidente, em curso, um deles é sim a Av. da Legalidade, um nome que antes homenageava um ditador. E quem insiste em manter esse nome na entrada da Cidade vem aqui muitas vezes chamar de ditador o presidente da Venezuela, o presidente de Cuba. Mas quando se refere aos ilegítimos presidentes do Brasil, generais, não chama de ditador, chama de presidente, e quer continuar homenageando, tirando uma homenagem à grande resistência do governador Brizola, que foi a Legalidade, resistência contra atos ditatoriais, como ordem para matar presos políticos. Porque se não acreditam na comissão contra a mentira e pela verdade, acreditam, certamente, nos relatórios da CIA, dos estados Unidos, que são enaltecidos, muitas vezes, aqui nesta tribuna, como um País democrático. Pois é de lá que aparece o relatório que lista 89 mortos e desaparecidos, durante o governo de Geisel e Figueiredo. É dos Estados Unidos que vem. E fica muito claro que essa anistia dada no final aos torturadores, junto com os torturados no final da Ditadura Militar foi criminosa, e que o Brasil ainda deve aos seus filhos e aos seus jovens inclusive aos que lutaram e não defendiam e não praticaram luta armada, apenas os que lutaram através da tribuna – Ver.

pág. 29

Oliboni, nosso líder, que cede o espaço – apenas os que lutaram através das tribunas de jornais, de rádio, ou tribunas como esta aqui da Câmara, que foram presos e torturados.

A Av. da Legalidade deve para os defensores da Justiça e da Democracia preponderar sobre homenagem a Castelo Branco que fechou congressos como esse, Congresso Nacional, e que estabeleceu o regime de exceção e que viabilizou tortura e morte.

Quero dizer, senhores e senhoras, que nós devemos muito à democracia brasileira, ainda devemos muito à democracia brasileira. Enquanto o presidente Lula está preso, aqui no Brasil, preso apenas por convicção e não por provas, apenas por convicção e não por provas. Essa semana foi solto o Paulo Preto, ele era operador do PSDB e tem contas na Suíça. Não precisa convicção para Paulo Preto, que tem mais de 100 milhões em contas na Suíça no seu nome, ele, que é laranja do PSDB, e foi solto, tranquilamente na semana passada. Portanto, segue a luta por democracia, democracia também diante da justiça. Este Brasil pratica a ruptura democrática ainda hoje. Nós estamos aqui para dizer, nós, que estamos no Parlamento, nós – Ver.^a Fernanda, Vereadores Alex e Robaina –, representando o povo que anseia por mais democracia e por justiça, nos alinhando à defesa de marcos democráticos, todos iguais diante da lei, estamos pedindo, Presidente Valter, que recorra à lei que foi votada por esta Casa, que homenageia a Legalidade, a história do Rio Grande por justiça e por democracia. Esta Câmara tem que defender essa legislação e não defender homenagens a presidentes que mandaram matar, que mataram e que suprimiram a democracia, o que é péssimo para a história do Brasil. O Brasil deve muito ainda aos seus jovens assassinados e que lutaram pela nossa democracia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde. Impossível não responder. Parece que aqui nós somos a favor de tortura, mortes. Em primeiro lugar, Ver.^a Sofia, o partido da senhora – até me polio para não dizer isso, porque, quando começar a falar, talvez o mundo inteiro aplauda –, tem corrupto de estimação. O Lula pode ser candidato a Presidente da República, a Dilma, uma terrorista que pegou em armas, assaltou banco, foi Presidente do Brasil. Até aí, tudo bem. Ninguém aqui, muito menos eu, é a favor de

tortura, de ditadura, agora, vamos botar os pingos nos is. Até agora não sabemos da veracidade desse documento. Eu mesma já me interessei pela história, já me reuni para saber da veracidade. Como todos nós sabemos – eu gostaria que a senhora ficasse para escutar –, os documentos, eles podem ter total confiabilidade, meia confiabilidade, ou nenhuma! Antes de mais nada, eu quero saber da veracidade desse documento, porque, se nós formos falar na Comissão da Verdade que existiu neste País, ela é estranha, ela veio só dum período para frente, dum período para trás, quando pegava os terroristas, aqueles que assaltaram bancos, esse não pegou! Ora, qualquer conhecedor mínimo de história sabe isso.

Vamos entrar na Castelo Branco, Ver.^a Sofia! Em nenhum minuto, esta Vereadora ou os Vereadores Reginaldo Pujol, João Carlos Nedel, Guilherme Socias Villela, Mário Manfro discutiram o mérito da Av. Castelo Branco. O que nós trouxemos para discutir – e entramos com mandado de segurança – foi a ilegalidade jurídica, a irregularidade processual que aconteceu nesta Casa. Eu prestei um juramento quando me tornei Vereadora: eu cumpro a lei, tenho que ser a primeira a mostrar que a lei tem que ser cumprida na íntegra, de forma correta. E a lei foi burlada nesta Câmara, tanto que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nos deu ganho de causa. A senhora sabe muito bem, não sou eu que resolvi acordar e dizer: “Hoje eu quero trocar o nome da avenida”. Sabe por que, Vereadora, isso aconteceu? Para mantermos a segurança jurídica. Eu não sou advogada, mas o Wambert é, o Presidente é, o Moisés é. Se nós permitirmos que comecem a trocar a deus-dará o nome das avenidas, não existirá segurança jurídica. Vou citar um exemplo: eu acordei de manhã, não sou católica e quero trocar o nome da Rua Espírito Santo, do lado da catedral. Sou judia, não sou católica. Imaginem o absurdo!

Outra coisa, Vereadora, para o seu conhecimento, já que a senhora está há tantos anos mais do que eu nesta Câmara, ou igual, eu não sei. A senhora sabe muito bem que os ritos são diferentes. A denominação de uma rua requer um rito, a alteração requer outro rito. A Av. Castelo Branco recebeu o nome como direito, usos e costumes, na época, que tem a força de uma lei, tanto quanto uma lei; ou seja, é alteração. Ninguém pode alterar o nome duma avenida com menos de 24 votos. Foi isso que foi feito nesta Casa. Outra coisa: para aqueles que dizem que não tem nenhuma referência na Av. Castelo Branco, que não tem nenhum morador, que não tem nenhuma empresa – tem, sim! Sabem por quê? Eu pesquisei. Quando o agente da EPTC registra uma multa, na época da Av.

Castelo Branco, colocava assim: “O Gol Placa tal estava com o motorista falando ao telefone celular na esquina da Castelo Branco, número tal”. É só vocês verificarem. Ora, Ver.^a Sofia Cavedon, eu quero lhe dizer que, primeiro, para nós apontarmos o dedo para qualquer culpado, eu quero saber da veracidade desse documento; se ele for verdadeiro, verídico, eu serei a primeira a lhe dizer que é grave, é muito grave, e que não aceitamos nenhum tipo de tortura e o Estado Brasileiro tem que tomar providências. Na época, que eu saiba, o General Geisel já estava na reserva. Então, muito cuidado, não atire essas pedras antes de termos todas as provas, diferente do que estamos assistindo com a ex-presidente Dilma, e com o ex-presidente, primeiro do Brasil a ser preso, Lula. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero fugir um pouco do tema que os colegas estavam debatendo. Só para contribuir, não conheço nenhuma ditadura boa, seja de esquerda ou de direita, acredito na democracia, que, por pior que seja, é o melhor. Quero falar de um tema que, com certeza, a partir de hoje, vai atingir a todos nós aqui, toda a população de Porto Alegre e do Estado, mas principalmente nós, que moramos em Porto Alegre: o aumento da gasolina; foi anunciado hoje um aumento de 3,85...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Esse é um casaco que me serve, Ver. João Bosco. Estou radiante com o procedimento que fiz; usava camisa número 14, agora hoje botei essa camisa nova que está larga em mim, assim como esse casaco que estava no guarda-roupa, não me servia, já está me servindo. Usava calça número 68, estou usando calça número 54! Estou pedindo a todos obesos como eu que façam cirurgia – a vida melhora muito, melhora demais. A única coisa que me arrependo é não ter feito essa

pág. 32

cirurgia antes. Até já estou falando bem aqui, pausado. Quem não gostou muito foi o Líder do Governo, meu amigo, Ver. Moisés Barboza. Gostou, pessoalmente gostou, não é! Mas do fôlego que está me dando, não! O Ver. João Bosco se aprimorou em cortar o raciocínio dos Vereadores aqui na tribuna.

Quero falar desse aumento da gasolina que vai interferir na vida de todos nós! A gasolina, em Porto Alegre, na média, a R\$ 4,31; o gás de cozinha já está, em média – algumas distribuidoras vendem a R\$ 76,00 – a R\$ 70,00, e deve alcançar uma média de R\$ 74,00, R\$ 75,00. Aí vai influenciar em tudo, no preço do arroz, do feijão, do açúcar, o que deve influenciar na vida das pessoas na nossa Cidade, que passa a ter, com esse aumento da gasolina, o custo de vida mais alto do País, porque a média nacional da gasolina é de R\$ 4,25, e a nossa é essa diferença alta, que ninguém explica o porquê. Ninguém pode explicar, todo mundo tenta descobrir, já que nós temos a Refinaria Alberto Pasqualini bem pertinho, e temos esse preço abusivo do combustível em Porto Alegre, que encarece a vida das pessoas. Esse preço abusivo do combustível, em Porto Alegre, chega na cesta básica das pessoas, encarece a vida das pessoas. Hoje vemos, na nossa Cidade, as comunidades mais pobres, e até em algumas avenidas, as pessoas buscando lenha, buscando madeira, Ver. Professor Wambert, para acender os fogões à lenha, para aquecerem as suas casa e para esquentar comida. Antigamente, as pessoas faziam isso aquecerem as suas casas, hoje também é para esquentar a comida, pois o preço do botijão de gás está muito alto. Hoje o preço da gasolina atinge em tudo a vida das pessoas, não é só as pessoas que têm automóveis, mas atinge o custo da cesta básica, atinge o custo da vida das pessoas. Nós teremos uma oportunidade de mudar isso, teremos que pautar essas questões nas eleições. Nós vemos as eleições, em vários países, serem pautadas por temas do meio ambiente, da segurança pública. E os temas que nós temos que pautar na nossa eleição é sobre o custo da cesta básica, é sobre a geração de emprego e renda. Nós não podemos mais ver o político pautar as eleições, é povo que tem que pautar as eleições. E uma das questões que nós temos que pautar é o preço do combustível, é preço da cesta básica, é o preço dos produtos que chegam na nossa mesa. Então, nós queremos alertar a população de Porto Alegre, que o combustível aumentou 3,85% e que todo esse preço do combustível estará na nossa mesa, estará na nossa energia, na nossa água, estará no nosso gás de cozinha, estará no nosso consumo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente, eu vou abrir os debates, voltar à nossa terra e trabalhar os projetos que chegaram aqui, Vereadores e Vereadoras, do Prefeito Marchezan. A gente sabe que a Procuradoria da Casa, Ver. Dr. Thiago, está discutindo se aceita ou não o tema da urgência como algo imposto a esta Casa. Eu acho que, se nós abirmos um precedente dessa natureza, nós vamos perder uma autonomia fundamental do Legislativo. O debate democrático deste Parlamento, que é um debate, sim, às vezes acirrado, principalmente o ideológico, mas é um debate que representa a pluralidade da Cidade, que faz uma mediação importante do impacto dos projetos e a escuta da Cidade em relação a eles diferente do que nós temos em relação à postura do Prefeito Marchezan. Tivemos outros momentos em que os projetos vinham para cá bastante debatidos pela Cidade, representativos do debate não total, não geral, e, muitas vezes, não majoritário, mas de setores, mesmo polêmicos, os projetos vinham com respaldo da sociedade. Hoje os projetos vêm diretamente de uma equipe técnica, de um grupo lítico, com que nem todo o Governo está apropriado mesmo, muito menos a sociedade. Então, tem projetos importantes, como os quatro que nós questionamos agora, há pouco, Ver. Oliboni, que nem sequer, Vereadores, passaram pelo conselho de administração do Previmpa. Ora, são projetos que mexem no direito à pensão, que mexem na data de repasse da parte patronal, da parte do Governo para o Instituto de Previdência, dez dias a mais para o repasse, onde o Prefeito de Porto Alegre diz que vai pagar os juros e as aplicações, o valor – isso é predador –, inclusive não para a poupança dos municipais, aparentemente, porque ele diz que vai repor o que estaria lucrando em investimento. Mas isso deve ser ruim para as finanças públicas.

Ora, projeto que cria a previdência complementar, projeto extremamente complexo. O Prefeito manda para esta Casa sem uma avaliação do conselho administrativo do Previmpa, para exemplificar, dos cinco projetos relativos à Previdência, apenas um

passou pelo conselho de administração. E, no entanto, a legislação que criou o Previmpa é expressa: “Cabe ao conselho administrativo do Previmpa analisar as alterações de toda a ordem na legislação relativa a esse instituto e à vida dos municipais”. Mas tem outros projetos importantes, sérios, graves, que não vieram com a discussão da sociedade e dos municipais. E, portanto, esta Câmara aceitar um Regime de Urgência de pouco mais de três meses, num rito sumário, que é o rito das comissões conjuntas, é negar à cidade de Porto Alegre o debate sobre esses temas. Um deles é o IPTU, que não está em urgência. Mas todos eles, na Exposição de Motivos, o Prefeito pediu urgência.

E nós, que vivemos nesta Cidade tempos de efervescência democrática, forte, importante, que faz o crescimento de uma cidade, porque a cidade se apropriando dos seus temas, participando, dando opinião, discutindo na associação de moradores, discutindo na associação empresarial, é uma outra cidade, é uma cidade com coesão social, com rede de participação, com esperança, com um caminho claro para onde encaminhar suas demandas. Não uma cidade impotente, que se sinta impotente, que fique fragmentada, se sentindo sem representação. Isso é um risco para a democracia, uma cidade que sente que não tem soberania, que não tem escuta, que não tem participação. E nós não queremos isso, queremos uma cidade que se sinta representada, se sinta com interlocução. Por isso, uso esse tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa de Comunicações, para começar um debate que nós vamos fazer. E dependendo do que o Presidente encaminhar, a partir de manhã, a nossa Casa terá que fazer esse debate. Vamos nós aceitar ritos sumários para decisões fundamentais, inclusive as que alteram a Lei Orgânica? O Prefeito está pedindo urgência para alterar a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Nós vamos aceitar ritos sumários sem a Cidade debater? Sem o processo de audiências? Sem uma grande democratização das decisões? Não é da tradição da nossa Cidade, nem deste Parlamento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, vamos agora discutir os projetos, então, que se encontram aqui nesta Casa. Nos cinco anos em que

estou nesta Casa nunca tinha visto projeto com pedido de urgência ser deliberado somente por decisão monocrática do Presidente da Casa – nunca vi isso. Projetos para os quais há pedido de audiência pública para esta Casa decidir, projetos que necessitam de decisões, de debates, até projetos que têm doutrinas já do Supremo Tribunal Federal dizendo que não cabe a urgência.

Num desses projetos a ousadia do Prefeito chega ao ponto de querer legislar sobre os funcionários da Câmara, dizendo como – como – os funcionários da Câmara devem receber e devem se aposentar. Tenho dito nos grupos dos Vereadores, no Whatsapp, que lá não vou me manifestar; vou me manifestar aqui, que é o local onde devemos nos manifestar.

Vou pegar o primeiro projeto, o do IPTU, que é pior do que o projeto do ano passado. Daí vêm aqui o Sinduscon e a Sociedade de Engenharia apoiarem o projeto. Olhem que maravilha: duas partes interessadas em apoiar o projeto. Por que são interessadas? Por que terão interesse na aprovação desse projeto? Porque aumenta o valor de quem tem interesse em vender imóveis em Porto Alegre! Valoriza seus imóveis na hora da venda!

Vou pegar um exemplo só: um terreno no Partenon que hoje paga um IPTU de R\$ 900, se permitirmos essa atrocidade, esse terreno vai passar a pagar dois mil cento e poucos reais! No Partenon! Um apartamento na Av. Alberto Bins que hoje paga R\$ 500 de IPTU vai passar a pagar mais de R\$ 2 mil. Quero agradecer ao Ver. Mauro Zacher que me concedeu este tempo.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Zacher.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Muito obrigado, Ver. Mauro Zacher. É um absurdo! Aí, falam que o valor do IPTU vai corrigir o valor do terreno. Mas o valor do IPTU não diz que vai corrigir o valor construído! Como pode?

Peço aos colegas que façam comigo o seguinte raciocínio: vamos pegar o exemplo da Vila dos Comerciantes, que foi construída com todos os imóveis iguais. Aí, uma pessoa continua com a casa com 70 metros quadrados; outra pessoa ampliou a sua casa para 100 metros quadrados; outra pessoa melhorou a sua condição de vida e fez a sua casa com 200 metros quadrados e colocou até uma piscina. Como que vamos fazer o mesmo valor venal para todos nessa Vila dos Comerciantes? Isso tem que ser individual, não

pode ser igual para toda a região. Nós, no decorrer desse debate do IPTU, vamos provar que isso aumenta o valor de todo mundo. E aí falam que vão diminuir na periferia. Ver. Pujol, não vão diminuir. Lá, na sua Restinga, vai aumentar o IPTU, e nós vamos provar isso no decorrer desse debate. Isso sem falar do servidor, a pessoa abriu mão de outro emprego para se dedicar à Prefeitura de Porto Alegre e, agora, querem tirar o seu regime de dedicação exclusiva. O Prefeito tinha de ter tido coragem, quando me mandou, quando era seu líder, subi aqui na tribuna e pedir para os meus pares derrotar o seu projeto de piso salarial na cidade de Porto Alegre, quando ele cedeu no teto dos grandes salários. Agora quer prejudicar as pessoas que ganham o regime de dedicação exclusiva. Isso não é justiça social, isso é se acovardar. Um prefeito que não gosta de pobre, que não gosta de servidor querer vir à Câmara de Vereadores para que os trabalhadores, os servidores públicos de Porto Alegre contribuam com R\$ 6 milhões para resolver o problema da dívida de Porto Alegre. Querer que a população de Porto Alegre contribua com uma parcela que vai deixar essa dívida, ainda, com mais de R\$ 300 milhões, e não vai resolver o problema da dívida. Muito obrigado Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR REGINALDO PUJUL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu pretendia contribuir para que a Ordem do Dia pudesse se estabelecer de imediato e para que pudéssemos também cumprir a pauta com a discussão preliminar dos vários projetos nela incluídos, entre os quais alguns que eu tenho especial interesse em debater. Não sei se isso será possível. Ocorre que nós estamos vivendo uma situação muito especial. Nós gastamos um bom tempo reaquecendo assuntos de 40, 50 anos, baseados em informações no mínimo duvidosas, e isso determinou que nós tivéssemos um debate prolongado e que tomou conta de uma boa meia-hora das nossas discussões aqui na Casa. Porque as diatribes têm que ser respondidas aqui e acolá. Eu pretendia fazê-lo, mas a Ver.^a Mônica Leal já o fez com muita propriedade, não cabe acrescentar mais nada. Com relação à nova crítica, porque o jogo do PT é muito bem colocado: discute 40, 50 anos atrás na tentativa de esquecer os últimos anos que estamos vivendo.

Então aí começa a se falar em tortura, prisões ilegais, ditadura, etc, e se esquece a corrupção, se esquece todos esses fatos que o noticiário brasileiro repercute nos dias atuais. Para isso, se preciso, se traz um documento dos Estados Unidos da América, a meca do capitalismo, que a esquerda foi buscar lá como sendo sua grande propulsora da denúncia que a comissão, entre aspas, da verdade, veio fazer. Isso, Sr. Presidente, toma conta de um lado do debate, e de outro, Sr. Presidente, a gente discute as coisas mais óbvias possíveis da política municipal. Estão dizendo que o Prefeito exagera em pedir a urgência de acordo com a Lei Orgânica, de acordo com o Regimento, de projetos, Vereadores, alguns dos quais estão aqui há um ano, e que agora o Sr. Prefeito pretende que sejam esgotados. E eu quero dizer com clareza, acho que o pronunciamento do Vereador Janta me auxilia neste particular, o que temos é que enfrentar esse projeto, deliberar sobre ele. Ninguém é obrigado a votar a favor, ninguém está comprometido a cegamente votar contra – pelo menos esperava que ninguém tivesse essa posição. Se esse tempo todo que passou não serviu para orientar as pessoas, alguma coisa não está correta. Ninguém tem obrigação de enfrentar e votar essa matéria nos quarenta e cinco dias. O que se tem é a ideia de que passados os 45 dias, ele entra na ordem das votações e eles poderão ser votados em dez dias, cem dias, cinquenta dias, assim por diante. Só que eles vão ganhar prioridade, porque, efetivamente, são prioridades, e a Casa tem que enfrentar. Eu quero repetir aqui: ninguém tem compromisso de antemão de votar esse ou aquele projeto. E eu não tenho compromisso com isso. Na maioria dos projetos, eu tenho algumas restrições; em outros, profundas restrições. Que eu espero no debate conseguir encaminhá-las, porque tem fatos que eu reconheço como absolutamente indispensável, entre eles, está essa readequação da planta de valores, que há 27 anos espera ser feita. E que nós agora temos que enfrentá-la, favoravelmente? Não necessariamente. Ou a favor do seu objetivo principal, cuidando das suas consequências, evitando os exageros e tudo mais que o bom senso determinar. Eu quero deixar bem claro o seguinte, eu pessoalmente não vou entrar nesse jogo do Partido dos Trabalhadores de mudar completamente do foco da discussão, de buscar fatos que, segundo consta, participaram da reunião cinco pessoas mortas, esquecendo dos vivos, que estão ainda esperando ser julgados pela notícia brasileira pelos crimes que cometeram durante os fatídicos 12 anos que o PT ficou no governo. Então, vamos enfrentar aqui em Porto Alegre, Ver. Robaina, os nossos problemas, e sim, ninguém aqui

pág. 38

é obrigado a votar a favor das propostas do governo. Agora todos nós temos que ser responsáveis para enfrentá-las e tomar a decisão a favor ou contra é contingência do mandato parlamentar. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel, eu gostaria de falar em algo que me surpreendeu muito. Assim que abri os olhos, gosto muito do veículo de comunicação em papel, acho que isso é mania de jornalista, vejo o jornal; e, lendo a Zero Hora de hoje, me deparei com a coluna do jornalista Paulo Germano, que é um comunicador inteligente, superativo, muito envolvido com coisas da Cidade, inclusive criou essa coluna que merece todo o nosso reconhecimento, porque, às vezes, me parece que as pessoas não se dão conta de que o mais importante é aquilo que acontece na nossa aldeia, aqui; depois vamos para o Estado, para o País, e, em que pese a Zero Hora tratar muito da questão do Rio Grande do Sul, estava faltando esse foco na cidade de Porto Alegre, na Capital dos gaúchos. Chamou-me a atenção que a pauta do dia de hoje é “A Volta do Pichador Erudito”. O jornalista discorre, conta que viu várias cercas sendo pichadas com o nome das árvores, e aí ele consultou uma pessoa entendida para saber se estavam certos os nomes, se aqueles eram mesmo os nomes das árvores, como pau-ferro, ipê-roxo, enfim, vários, e esse entendido na matéria falou que estavam certos. Aí o Paulo Germano, colega de jornalismo, concluiu sua coluna com o nome “A Volta do Pichador Erudito”. À medida que pichar é crime, pichação não é grafiteagem, é algo que destrói monumentos públicos e privados, não é pelo conteúdo que vai deixar de ser uma pichação, e eu fico me perguntando, por ser um nome ilustrativo ou educativo, essa pichação vai deixar de ser crime, deixar de ser destruição? Pichação é crime ambiental, todos nós sabemos, o pichador deve ser punido, há lei para isso, nós sabemos muito bem, eu mesmo tenho trabalhado, há longa data, nessa questão dos pichadores – a lei inclusive fortalece ainda mais o cumprimento da ordem e incentiva a organização de

pág. 39

convivência. Eu fiquei surpresa! Quando a gente começa a misturar ou a amenizar porque alguém cometeu um crime, mas colocou de forma errada, é educativo, mostra conhecimento, isso é muito perigoso, confunde. Confundimos as próprias crianças com aquilo que nós estamos querendo educar nas escolas, por exemplo, mostrar que a grafiteagem é uma arte urbana, mas que a pichação é um ato de vandalismo, que destrói tanto o patrimônio público como o privado, sendo uma questão de cidadania nós termos esse cuidado e não deixarmos que ninguém roube a nossa memória, a nossa história.

Aqui mesmo, nesta Casa, tivemos a Lei Antivandalismo – eu participei ativamente de tudo –, que veio do Executivo, do Prefeito Marchezan. Eu já tinha elaborado aqui as multas, elevando quando se trata de um monumento ou uma edificação – a multa por pichar uma edificação particular, hoje, é a partir de R\$ 2 mil, podendo chegar até R\$ 12 mil –, tudo com o objetivo de coibir esse ato criminoso.

Eu quis utilizar a tribuna para dizer que já liguei, inclusive, para o jornalista Paulo Germano comunicando que falaria e que gostaria que ele soubesse que esse tipo de matéria, de pauta, da forma como foi “A Volta do Pichador Erudito”, não é nada educativo, muito pelo contrário, pode abrir precedentes. Quer dizer que, se chegou lá, colocou um nome de algo que é da história ou que tem algum foco educativo, se quer passar uma mensagem, não é crime? Não, não é assim! Nós temos, sim, que exigir punição para todo e qualquer pichador, seja com conhecimento ou não.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Confesso que tem coisas que, de fato, seriam cômicas se não fossem trágicas. A Ver.^a Mônica Leal, que me antecedeu, usou boa parte do seu discurso querendo criminalizar os pichadores e, por outro lado, absolver os torturadores. A Vereadora cita a matéria que foi trazida a público de uma investigação - que foi trazida a público só agora -, porque os arquivos da ditadura nunca foram abertos, não é Mônica? E as viúvas da Ditadura nunca reivindicaram que esses arquivos fossem abertos para que o povo possa saber quem são e quem eram os

torturadores, os responsáveis pelas execuções, mortes e crimes contra humanidade. E foi veiculada uma matéria em que a CIA diz do conhecimento pessoal do Geisel nos crimes de execução. Não só na questão do conhecimento, como da deliberação de quem seria assassinado pela Ditadura Militar. Isso eu conversava agora com o Roberto Robaina que ainda não vieram a público os crimes do Médici, e de todos os outros ditadores, dos 21 anos de chumbo que o Brasil viveu. E a Vereadora vem aqui na tribuna buscar a veracidade se não é *fake news*. Eu achei que não chegaria ao cúmulo de questionar os documentos da CIA. E hoje a gente sabe, inclusive, do envolvimento dos Estados Unidos na Operação Condor e nessa lógica de ditaduras na América Latina que perduraram durante anos e ceifaram milhares de vidas, aqui, na Argentina, no Chile e tantos outros. Então me causa espanto ter que ouvir essa tentativa de criminalizar jovens que botam no *guardrail* o nome da árvore que está próxima do *guardrail* como foi veiculado muito bem pelo jornalista Paulo Germano no jornal de hoje. Mas eu acho que essa luta está diretamente vinculada com o tema da Av. da Legalidade. Primeiro, eu quero dizer aqui que segue a Av. da Legalidade e Democracia, que é o nome que foi consagrado pela população de Porto Alegre e que foi sim aprovado por 21 votos na Câmara de Vereadores, daquilo que não podia ser alterado porque não havia legislação para homenagear o Castelo Branco. Imaginem um churrasco, uma churrascada em 1973, em que o Médici chega e diz que os gaúchos não gostam da ditadura e resolve que aquele trecho novo que estava sendo inaugurado deve ser chamado Castelo Branco. Como era costume na ditadura, óbvio que não teve legislação, porque, aliás, a ditadura não gostava nem de lei, nem de controle social, nem de imprensa que cobrisse, nem de movimentos sociais e nem de qualquer tipo de participação popular. É óbvio que a democracia que se conquistou com toda a campanha das Diretas e a luta por democracia, é uma democracia que precisa ser ampliada, que precisa tirar o peso do poder econômico, mas se compara com os 21 anos de anos de chumbo que nós tivemos no Brasil e que sim, tinha muita corrupção. A diferença é que não podia ser investigado porque corria o risco de ser preso, torturado e assassinado, como aconteceu com Vladimir Herzog, como aconteceu com a Zuzu Angel, como aconteceu com o Paulo, como aconteceu com Eurico Lisboa, como aconteceu com, no mínimo, 434 pessoas identificadas pela Comissão da Verdade e mais de milhares de indígenas que tiveram seus territórios e a sua vida violada, e mais de milhares de pessoas que não se sabe os danos que a ditadura causou. Não se sabe,

pág. 41

porque o Brasil foi um País muito generoso com os seus torturadores, eles seguem ganhando polpudas aposentadorias, muitos se aposentaram sem pagar pelos crimes da humanidade que promoveram. Nós temos uma pessoa capaz de ficar comparando execução sumária com tapa no bumbum e, ao mesmo tempo, segue livre, leve e solto e não é responsabilizado por crimes de ódio, porque liberdade de expressão nunca pode ser confundida com liberdade de opressão. Mas é importante dizer duas coisas: primeira delas, é que nós seguiremos essa luta do início ao fim. Infelizmente, o Valter Nagelstein, Presidente da Câmara, abriu mão do seu papel constitucional e de defesa daquilo que a Câmara de conjunto aprovou no ano de 2014, quando eu e o Pedro Ruas conseguimos mudar a legislação. Nós fizemos a petição, e o Presidente decidiu não recorrer ao STJ de maneira unilateral, abrindo mão do seu papel como Presidente da Câmara, que independe do que pensa o Presidente, mas do que diz respeito a defender a legalidade do ato apontado pela Procuradoria e por todos os órgãos técnicos da Casa, 21 votos a 5. Aí, cinco viúvas da ditadura vão até o Tribunal de Justiça tentar revogar a legislação e, infelizmente, a maioria, não todos do TJ, resolveu fazer uma decisão política, não uma decisão jurídica. Mas quero dizer, nesses 12 segundos que me restam, que segue a Avenida da Legalidade, que esse nome se consagrou e que seguirá. Nós usaremos os argumentos, em todas as esferas possíveis, para poder garantir com que a entrada da Cidade não seja uma entrada que homenageie torturadores e defensores daqueles que cometeram crimes contra a humanidade.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Quero primeiro agradecer ao Ver. Moisés pela cessão desse tempo de Liderança do Governo, mas não poderia deixar de dizer que causa estranheza a falta de critério, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Sofia, porque vêm a esta tribuna atacar os governos da ditadura militar brasileira. Nenhum de nós desfaz o fato de que foi uma ditadura, e

nenhum de nós vem aqui defender ditaduras, e nenhum de nós vem aqui defender torturas, nenhuma delas, nenhuma delas! Agora, V. Exas. parece que se esquecem que, na Venezuela, já são mais de cem mortos em processos. Vêm aqui e são incapazes de dizer uma palavra contra a ditadura venezuelana, uma palavra contra a ditadura cubana, uma palavra contra o desastre humanitário que foi a União Soviética, uma palavra contra as ditaduras da linha ideológica de Vossas Excelências.

Eu não defenderei qualquer ditadura, seja do campo ideológico que for. Nós somos democratas, V.^{as} Exas são democratas de ocasião, que defendem a democracia quando ela leva os seus governos ao poder, e defendem as ditaduras quando elas aplicam o ideário de Vossas Excelências. Isso é falsidade, isso é uma mentira ideológica que V.^{as} Exas. querem promover no Brasil. Essa é a prova da incoerência de Vossas Excelências. Semana passada, estavam aqui ajuizando ações para interromper a tramitação de leis, mas estão criticando os Vereadores porque foram ao Judiciário, porque o partido de V.^{as} Exas. não cumpriu o Regimento desta Casa. Agora, para declaração de urgência dos projetos, V.^{as} Exas. vão gritar que o Regimento... De novo, porque não têm a menor coerência de seguir a lei. Seguem a lei, o Regimento da Casa quando serve aos seus interesses ideológicos. Ora, nenhum Vereador se levantou para absolver os crimes da ditadura militar brasileira, mas todos nós, metade deste plenário, nos levantamos para dizer que o que há na Venezuela, Ver.^a Sofia, ao contrário do que a senhora disse, é uma ditadura; o que há em Cuba é uma ditadura de partido único, com candidato único à presidência da república. Esse é o silêncio da esquerda que está arruinando a esquerda brasileira. A única salvação que vocês têm é esse comentário, esse relatório da CIA, para tentar se apegar e voltar a viver em 1964, porque a esquerda quer viver do seu passado porque sabe que não conseguirá reconstruir o seu futuro. Obrigado, Sra. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente dos trabalhos, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nesta discussão preliminar de Pauta, eu faço referência ao PLL nº 016/18, que é um artigo de minha autoria e que já estávamos trabalhando nele desde o ano passado. Boa parte das entidades envolvidas no segmento tradicionalista em Porto Alegre já dialogou com alguns Vereadores que têm conhecimento e, obviamente, esse diálogo é também para que possamos qualificar, com emendas e cada vez mais, este projeto, porque o Acampamento Farroupilha de Porto Alegre, hoje, é, sem dúvida nenhuma, senão o maior, um dos principais eventos turísticos da nossa Cidade e é um dos principais atrativos que temos durante a sua realização, durante a Semana Farroupilha, em que cerca de um milhão de pessoas circula por ali, o que movimenta a economia da nossa Cidade e atrai também visitantes de outros Municípios, que não só do Rio Grande do Sul, mas de outros Estados brasileiros.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu vim aqui para me solidarizar com V. Exa. e dizer que tem 100% do nosso apoio, não só no projeto, mas na militância para transformar isso no maior evento aqui do Parque Harmonia.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Muito obrigado, Ver. Adeli. E de uma maneira muito simples, quero dizer que o objetivo deste projeto é reunir o maior número possível de entidades, para que se desobrigue cada vez mais o Poder Público de ter que arcar com os já escassos recursos, que faltam muitas vezes, para obras e serviços na nossa Cidade. No momento em que envolvermos, compartilhando responsabilidade às entidades que promovem este evento, que têm interesse no seu êxito, chamando-as para esse papel, tenho absoluta certeza de que o Poder Público, por meio da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Cultura e outros tantos agentes, servirá como articulador e responsável por colocar ali os serviços essenciais para manutenção do Parque da Harmonia, bem como para realização do evento em si. Esse é o nosso objetivo, queremos levantar esse debate. Por muito pouco, o Acampamento Farroupilha não ocorreu em 2017. E foi em função da mobilização dessas entidades e de uma compreensão da Prefeitura de que era importante para a Cidade, tanto no aspecto turístico, social e econômico, que se estabeleceu então os parâmetros jurídicos necessários, os termos de

compromissos adequados, para que o Acampamento ocorresse. O nosso papel é esse. Nós queremos que o Acampamento Farroupilha seja cada vez mais forte, cada vez mais pujante e cada vez mais aberto à participação do público tradicionalista de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil que nos visita a cada ano.

Vou aproveitar um tempinho, sim, como todos fazem, na discussão preliminar de pauta, para falar sobre essa questão da ditadura militar e do documento que foi revelado há poucos dias pela CIA. Eu não vivo de passado, também não pauto minha atuação parlamentar ou política pelo passado, mas acho que, assim como todo cidadão brasileiro, tenho direito à memória e à justiça - nós temos esse direito! Memória e justiça devem ser direitos assegurados, principalmente num regime democrático. O que não podemos é desmerecer documentos que vêm à tona, justamente porque vivemos em um regime democrático. Gostem ou desgostem, temos uma constituição, fruto de um processo de redemocratização e restauração das liberdades civis deste País; gostem ou não, não vou aqui ser reducionista a discutir o período do arbítrio na ditadura militar, ao nome de uma avenida em Porto Alegre, não vou fazer isso, não vou! Pegando o gancho do Ver. Adeli, a ditadura teve tantos atos institucionais que castraram sonhos, direitos, trabalho, matou, fez com que desaparecessem pessoas. Está bem, se alguém acha que o período militar foi exitoso no campo econômico, do emprego, da moral e dos bons costumes, não entrarei neste mérito, mas o fato é que tivemos presos, tivemos cassações; não tivemos só cassações, tivemos mandatos, que, ao serem cassados, as pessoas foram detidas, ato contínuo à cassação. Isso não é mentira! E a Comissão da Verdade não aconteceu só aqui, no Brasil, vários outros vizinhos da América Latina também recorreram a isso. Por quê? Para afirmar o direito à memória e à justiça, que é base pilar, fundamental de um regime democrático. E não vou repetir aqui o que já disse lá quando se apreciou se era para manter ou não o nome do Luís Carlos Preste do memorial aqui, próximo da orla do Guaíba. Eu sou filho de um preso político que teve um mandato cassado em 1964 como Vereador em Alegrete e foi preso, teve a cassação do serviço público, em 1968, pelo AI-5, 375 dias de cadeia, foi anistiado em 1979, não pôde concorrer a nenhum cargo público durante 15 anos, e morreu aos 68 anos, com quatro unhas, fruto de tortura que havia recebido durante a ditadura militar. Então, eu não posso deixar de falar sobre isso aqui, em nenhum momento, porque eu acho que nós temos, sim, o direito à memória e à justiça, isso não encobre a afirmação das posições ideológicas, cada um tem a sua, e eu

não estou nem aqui falando em nome do meu partido, estou falando em nome próprio. Acho que nós temos que, sim, restabelecer um parâmetro de discussão sobre a democracia, porque, se nós queremos voltar ao passado, nós temos que voltar ao um passado de glória da democracia brasileira, e não agora da maneira como nós estamos vendo: uma democracia deturpada por corrupção, por malfeitos, por prisões. Democracia se faz no dia a dia e não apenas a desqualificando ou recuperando fatos que nada tem a ver com as liberdades que foram conquistadas a duras penas durante muito tempo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. André Carús acaba de se manifestar sobre um projeto de lei de sua autoria e que hoje cumpre o primeiro dia de Pauta, que altera a Lei nº 7.855, de 25 de setembro de 1996, que oficializa, no âmbito do Município, a Semana Farroupilha e dá outras providências. Manifesto-me necessariamente sobre essa proposta, na medida em que essa lei, que repito, oficializou no âmbito do Município a Semana Farroupilha, e deu outras providências, é de minha autoria, foi sancionada, na oportunidade, pelo Prefeito da época, que não era meu correligionário – Prefeito Tarso Genro –, juntamente com a Secretária Municipal de Cultura, na época, Ver.^a Margarete Moraes. Essa lei, Sra. Presidente, foi ao longo do tempo fruto de inúmeras alterações. Eu posso dizer até que, sem dúvida nenhuma, existem cerca de 20 artigos introduzidos ou substituídos nessa lei que tem a sua condição originária modificada, posto que algumas leis nesse sentido ocorreram. Falo isso, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, porque a Procuradoria da Casa, numa forma muito contundente, se manifesta contrariamente ao projeto, alegando inconstitucionalidade, me dando as suas razões, e não satisfeita com isso, ao final, diz que a lei que vigora durante todo esse tempo tem os mesmos vícios. E os vícios que ela aqui aponta, ela não irá encontrar de maneira nenhuma na redação original da lei, e sim numa dessas 20 e tantas modificações que ela já sofreu. Cito isso não pela pretensão de assegurar um protagonismo eterno de legislador do Município de Porto Alegre nos

pág. 46

preceitos da Semana Farroupilha, porque essa oficialização é um ato burocrático e legal, ele já está consagrado por inteiro no domínio público por parte dos nossos Centros de Tradições Gaúchas, professores, intelectuais, enfim, todos aqueles que se envolvem tradicionalmente com a propagação, a divulgação e o culto da história Farroupilha.

Vereador André Carús (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pujol, muito rapidamente, para contribuir com a sua fala, todas essas questões que foram apontadas nesse parecer prévio da Procuradoria, já apresentamos um recurso, uma manifestação que agora, no exame que será feito pela Comissão de Constituição e Justiça, tenho certeza que será determinante para que nós possamos alcançar os mesmos propósitos de alterações anteriores, que V. Exa. e outros colegas aqui assim o fizeram. O objetivo sempre é ampliar a participação, a divulgação, e fazer com que o Acampamento Farroupilha se consolide como um dos principais eventos turísticos da nossa Cidade e de celebração da cultura gaúcha.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço a V. Exa. e reafirmo que não estou tentando assegurar protagonismo, porque até o Ver. Carús, de uma forma mais do que ética, inteligente, não pretende fazer uma lei nova, nem revogar a lei existente, se não alguns parágrafos, etc., e confessa, dentro disso, que ele está alterando a lei existente. Então, não há essa preocupação. Então, eu quero, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, dizer com toda a clareza que, obviamente, um trabalho dessa proporção vai gerar alguma polêmica. Eu já recebi de várias pessoas vinculadas ao processo alguns alertamentos que, certamente, ensejarão um bom debate e, ao final, com muito cuidado e com muito zelo, escoimando qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade que possa ter sido apresentada no passado – e na origem não o foi. Dentro dessa linha, trabalhar e aceitarmos como uma contribuição positiva da Cidade essa atuação do Carús, que propõe uma readequação, especialmente com relação ao art. 2.º, que estabelece as pessoas que compõem comissão especial a promover a Semana Farroupilha e, evidentemente, com elas, quais alterações, entende ele, ficariam mais bem adequados os trabalhos de organização e de consenso da programação, especialmente durante o período da Semana Farroupilha.

Por isso, Sr. Presidente, trago esta manifestação, sou cutucado, inclusive, pelo Ver. André Carús, que, no final, se manifestou sobre um assunto que não exatamente este de pauta, mas, respeitosamente, não me envolvo na discussão sobre a qual, oportunamente, poderei me manifestar. Mas sou um daqueles que batalhei neste País para que, um dia, existisse uma lei que desse anistia ampla, geral e irrestrita para todos, desde os pretensos e, quem sabe, até os torturadores, até os assaltantes, os que roubaram os bancos, os que fizeram terrorismo, os que mataram gente na Cidade, que entendiam que o socialismo podia ser obtido através de uma revolução armada e que provocaram vários eventos, dos quais resultaram, lamentavelmente, muitos mortos, indesejadamente. Era isso, Sra. Presidente, não mais do que isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.

Aprego Ofício nº 015/18, do GVP (Lê.): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência e demais Edis, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município nos dias 15 e 16 de maio de 2018, para participar de reunião com o Ministro da Saúde, Gilberto Occhi, e Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, em Brasília-DF. Os encontros tratarão de projetos de extrema importância para Porto Alegre como o Programa de Apoio ao desenvolvimento Institucional do SUS (PROAD) na pasta Saúde e projeto Avançar Cidades na pasta das Cidades. Atenciosas saudações, Gustavo Bohrer Paim, Vice-Prefeito”.

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando o desarquivamento do PLL nº 290/15.

(Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Gostaria de usar este meu tempo em Grande Expediente, não vou usar todos os 15 minutos, mas parte dele para fazer uma esclarecimento a este Plenário e chamar atenção para um fato que eu acho que é muito relevante para a cidade de Porto Alegre e que está passando batido no debate público, especialmente aqui nesta Casa. Recentemente tivemos aqui o recebimento do Presidente do IAB-RS para falar, entre outras coisas, também sobre o Centro de Convenções da nossa Capital. Para quem não acompanhou o desenrolar da história, o Centro de Convenções estava sob pregão eletrônico para contratação do projeto arquitetônico, e a CAU e o IAB entraram com ofício e fizeram com que o TCE suspendesse o pregão eletrônico, botando em risco o recurso alocado para construção do Centro de Eventos em Porto Alegre.

Eu me recordo do ano passado quando fiz uma fala desta tribuna dizendo que Porto Alegre é o “Nãoopodestão”, que nada podia nesta Cidade; até o Ver. Moisés me acompanhou em algumas das falas nesse quesito. Eu acho que aqui nós estamos vendo, diante dos nossos olhos, mais um grande exemplo de Porto Alegre sendo “Nãoopodestão”. É muito curiosa essa suspensão que o Tribunal de Contas fez ao pregão eletrônico para a contratação de um projeto arquitetônico, porque o ofício feito pelo IAB e pela CAU traz algumas questões bem interessantes que este Parlamento saiba: primeiro, que ele se ampara no argumento de que não é possível fazer um pregão eletrônico para a contratação de um projeto arquitetônico de centro de eventos porque seria uma obra complexa, e, portanto, para isso não poderia ser feito um pregão eletrônico de menor custo. Acontece que o TCU tem precedentes para o uso desse expediente, do uso dessa metodologia de pregão eletrônico. E, além disso, a própria orientação do BNDES de melhor prática tem sido o pregão eletrônico para casos análogos a esse. Mais curioso ainda é saber que o ex-Presidente do IAB/RS, atual Presidente da CAU, venceu um pregão eletrônico de menor custo, quando a sua empresa foi contratada para fazer a reforma do Gasômetro, um prédio tombado e que exige, sim, muito mais complexidade inclusive do que o centro de eventos. Naquele momento o IAB e a CAU não se manifestaram, não viram nenhum absurdo, não viram nenhum ato de má-fé ou de displicência por parte da Cidade para com o seu patrimônio ou a sua arquitetura.

Eu já havia falado, na presença do Presidente do IAB/RS, que o IAB/RS e a CAU têm feito muito mais uma agenda ideológica do PT e do PSOL do que propriamente têm se importado em defender aquilo que os arquitetos e urbanistas gostariam que fosse defendido. Aliás, me parece muito mais que essas entidades têm servido como uma extensão de partidos políticos do que propriamente como entidades representativas que defendem o interesse do cidadão de Porto Alegre nessas classes.

E aí, quando o Presidente do IAB trouxe a esta tribuna as críticas ao modelo feito para o centro de convenções, e ainda somou a isso as críticas à gestão da Carris e as críticas à tentativa de privatização da mesma, eu tive prova de que não se tratava de um discurso técnico ou de alguma importância para os arquitetos e urbanistas, mas, sim, de uma agenda ideológica muito clara e partidária.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Felipe Camozzato, quero também me associar ao que V. Exa. está dizendo e fazer um registro de que esse convênio que permitirá a Porto Alegre ter um centro de eventos, finalmente - nós gostamos de dizer que Porto Alegre tem uma vocação para turismo de negócios, mas falta a Porto Alegre um espaço como esse. Foi um convênio firmado com o Governo Federal no valor de R\$ 60 milhões de reais que vem do Governo Federal para Porto Alegre, para um equipamento que faz falta. Porto Alegre perde muito eventos, inclusive eventos de conhecimento, como os médicos, pela falta de um equipamento como esse. A equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico dedicou muito esforço, e a Secretaria de Parceria Estratégicas fez um trabalho sublime para conseguir resgatar esses R\$ 60 milhões que Porto Alegre perderia pelo fim do prazo para a construção desse centro de eventos. Agora que se conseguiu, com muito esforço, identificar um terreno, pois, até então, não havia sido, em três anos de vigência desse convênio, identificado o terreno e conseguido a parceria da iniciativa privada, para que nós possamos dar a Porto Alegre um equipamento como esse, um equipamento que favorece o crescimento econômico, que favorece a dispersão do conhecimento. Agora é a hora das travas ideológicas tentarem barrar um investimento. É por isso, por esses aspectos que Porto Alegre tenta fazer as coisas e não consegue. É por isso e por essas posições ideologizadas que nós não temos, até hoje, o Cais Mauá, que nós tanto tempo levamos para duplicar a Avenida Beira Rio e para ter a Orla e tanto tempo estamos

levando para ter esse Centro de Eventos. Então quero parabenizar, associar-me ao pedido de V. Exa e dizer que é fundamental, para a economia de Porto Alegre, que nós possamos destravar o andamento desse processo que está, no meu entender, indevidamente travado. Parabéns Vereador

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ricardo. Acho que fica claro, portanto, que existe alguma coisa muito estranha no ar com relação a essa suspensão de pregão. A CAU e a IAB já estiveram contra os projetos do Cais Mauá, o pontal do Estaleiro, a reforma da Orla. Agora, se colocam contra a forma que estamos adotando para a construção do centro de eventos. É uma agenda totalmente antidesenvolvimento, mascarada de uma agenda técnica. Isso tem de ficar claro. E a gente, enquanto parlamento desse município, atendendo ao interesse da população, não pode deixar que meia dúzia de pessoas, de extremistas ideológicos, mascarados de um agenda técnica – que é o que está acontecendo, é o que parece ser, por favor, provem-me que estou errado – estejam travando, novamente, Porto Alegre, para que ele continue como a “nãoopostão”. E eu aproveito a fala da Ver.^a Mônica, quando trouxe o que o jornalista Paulo Germano tem publicado, nos últimos dias, porque isso é uma das coisas que mais me chamam atenção. Porto Alegre está correndo o risco de perder os R\$ 60 milhões de recursos federais para construir o Centro de Eventos e a imprensa nada fala sobre isso. Emitiu uma pequena nota, um ou outro jornalista somente, o único jornalista que fez, deu uma matéria maior sobre o caso, foi o jornalista Felipe Vieira. O único. Fico até surpreso que uma coluna como é a coluna do jornal Zero Hora, que era para abordar Porto Alegre, prefere falar sobre as pichações de nomes de árvores, do que deixar o cidadão de Porto Alegre a par dos fatos de que um grupo organizado ideológico está tentando impedir a construção do Centro de Eventos e fazer a Cidade perder recursos, tudo porque, ao que tudo indica, o seu grupo não está sujeito a ganhar o concurso público de projetos ou conseguir participar do pregão, Porque quando ele mesmo participou do pregão e venceu o pregão no passado, igual a esse, aí ele não questionou. Então me estranha muito o comportamento do IAB e da CAU e eu gostaria muito que o Tribunal de Contas do Estado, o TCE, e todas as demais instituições a incluir aí os parlamentares desta Casa, se apropriassem devidamente dos fatos para que o interesse público de Porto Alegre

fosse preservado e o interesse público da Cidade é, sim, de fazer o usufruto desses R\$ 60 milhões para a construção do Centro de Eventos.

Vereador João Carlos Nedel (PP): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Felipe, meus cumprimentos pela sua colocação extremamente importante. Tem o total apoio da Frente Parlamentar do Turismo, porque isso é uma vergonha para Porto Alegre. Agora, também, é o resultado das omissões que temos em Porto Alegre. Como é que o Instituto de Arquitetos do Brasil vai ser dirigido por tanto tempo por pessoas ideológicas, por xiitas, estragando a nossa Cidade. Também é por nossa opção. Onde estão os verdadeiros arquitetos aqui que deixam que a sua entidade mater seja pessimamente dirigida? Contra a Cidade. É uma vergonha! Quando ganham uma licitação, pode, agora, quando perdem, entram e dizem “Não, essa licitação não pode ser feita desta forma”. A Procuradoria do Município já está fazendo as defesa, e acho que devemos ir lá no Tribunal para explicar detalhadamente. Isso é contra a nossa Cidade, nós precisamos construir uma Cidade bela, nós somos a terceira capital em eventos. E agora, quando nós temos uma possibilidade de crescer, nós mesmos, porto-alegrenses, estragamos essa Porto Alegre.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Em boa hora, V. Exa. Camozzato, traz importante debate. Eu acho que assim que tem que ser discutido, acho que a tônica maior tem que ser em relação ao Tribunal de Contas do Estado, porque ele é de fato controlador. Que tenham posições político-ideológicas, seja no Sindicato dos Arquitetos, recentemente teve eleição no órgão de classe, na CAU, aqui falou o IAB, a questão toda – eu tenho, por exemplo, muitas divergências com o Tribunal de Contas do Estado, eu não concordo com muitas coisas que fazem, como não concordo em muitas coisas com o Ministério Público. Esse é o verdadeiro debate sobre essa questão, que nós devíamos nos concentrar. É correto ou não? Por exemplo, essa questão do resto da Orla, também não tenho a mesma posição que alguns tiveram sobre a obra do nosso Jaime Lerner. Eu acho que ele tem ideias interessantes; outros talvez aqui tivessem tão boas quanto. Mas esse é o verdadeiro debate. Sem entrar na polêmica, acho que V. Exa. coloca um bom debate.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Adeli. Que bom, sem mais delongas, agradeço a atenção de todos e pedir mais uma vez que a Câmara se aproprie do tema para que a gente não deixe, ou pelo menos influencie, para que Porto Alegre tenha esse centro de eventos o mais breve possível. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu, inicialmente, eu gostaria de agradecer a Ver.^a Fernanda Melchionna, que me cedeu, gentilmente, seu Período de Grande Expediente para que eu pudesse fazer a exposição de um trabalho que a nossa equipe vem fazendo desde o início do mês de março aqui na cidade de Porto Alegre. Gostaria de cumprimentar a todos os presentes e, uma saudação especial para quem está nos assistindo nas galerias e pela TV Câmara. Eu trouxe para o debate neste momento um relatório confeccionado a partir de visitas que eu e nossa equipe – a equipe do gabinete – fizemos desde o início de março, portanto antes do início do ano letivo, nas escolas da rede municipal, a nossa rede de escolas próprias.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Nós temos, aqui no Município de Porto Alegre, 54 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio que nós visitamos, neste primeiro momento, Concluímos as visitas na metade do mês de abril, e, no restante do mês de abril, nos dedicamos à confecção de um relatório, que o nosso gabinete já enviou para a correspondência de todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa; nós já encaminhamos este relatório para a Secretaria Municipal de Educação, nós também tivemos, na semana passada, um encontro com o Ministério Público, com a Dra. Danielle Bolzan, para externarmos algumas informações extremantes importantes que apareceram dentro das nossas visitas.

Eis a questão: a nossa rede municipal própria já foi uma referência nacional em termos de qualidade e inovação em educação. A olhos vistos nós percebemos a nossa rede própria

se deteriorar, e não apenas depreciação em relação a equipamentos, que se tornam naturalmente obsoletos com o passar do tempo, devendo ser substituídos por equipamentos mais modernos que garantam melhor eficiência nos processos educativos; o que nós estamos percebendo realmente é o sucateamento das nossas escolas municipais, escolas estas que já contaram com equipamentos de ponta e com planejamentos pedagógicos próprios. Agora, sequer contam com a visitação do Secretário de Educação e da sua alta cúpula. Senhoras e senhores, durante um mês e meio a nossa restrita equipe conseguiu visitar todas as 56 escolas, conversamos com as direções e vice-direções por pelo menos uma hora e meia, pelo menos. O Secretário de Educação está nesse cargo há mais de um ano e não se deu ao trabalho de conhecer a realidade a que está submetendo as nossas crianças e adolescentes todos os dias. Isso não é somente vergonhoso, lastimável, isso é terrível, porque existem alguns pontos, alguns aspectos em que há vidas em risco iminente, e não risco de contrair alguma doença que possa causar debilidade, mas risco de morte. Nós temos telas das quadras poliesportivas que estão energizadas, podendo eletrocutar uma criança. Por conta disso, as direções tomaram a única iniciativa que poderiam, que é desligar a energia elétrica, ou seja, impedindo que os alunos do turno da noite e, agora, com a chegada do inverno, dos últimos períodos da tarde, acessem as suas quadras poliesportivas para não morrerem. Esse é um dos pontos que eu vou tratar na tarde de hoje.

Além de problemas elétricos graves, nós também temos, em várias escolas – não em uma, nem em duas –, esgoto a céu aberto, correndo. Em uma das nossas escolas, o esgoto está correndo diretamente para a pracinha, onde as crianças da pré-escola deveriam brincar, mas, obviamente, se não há reparos dessas instalações, cabe às nossas crianças ficarem contidas nas salas de aula, dentro do refeitório ou em espaços restritos, porque, pelo menos de acordo com as diretrizes da SMED, o esgoto tem preferência nesses espaços – não mais as crianças, não mais o futuro da Cidade, mas, sim, os seus dejetos. Pelo visto, há mais produtividade se o esgoto cloacal utilizar os espaços que as nossas crianças deveriam usar para sua socialização, para gastar a sua energia, para brincar.

Nós temos também problema no piso, pisos em desnível dentro das salas de aula, nos corredores, no pátio e até mesmo dentro de refeitório. E nós temos aqui pessoas que foram Secretários em gestões passadas. Senhoras e senhores, dentro do refeitório nós

encontramos, inclusive, ralo de esgoto. O que é impossível, não deveria estar ali. Mas ano após ano as escolas pedem providências, porque essas reformas não são reformas básicas, não é a substituição de uma lâmpada, não é; não é tirar o pó, ou botar um parafuso para fixar um quadro numa parede. Não é. Isso requer custos, isso requer equipes especializadas para fazer essa tarefa. Mas no momento em que há um piso quebrado num refeitório, ou um ralo de esgoto, a saúde das crianças está em risco. Pelo menos três escolas, desta cidade, contam com infestação de pombos, sendo que uma no bairro Restinga Velha, a infestação de pombos se dá também dentro da caixa d'água; a SMED tem ciência disso. Pedidos de providências foram feitos pelas direções, mas infelizmente, a alegação é sempre: não temos recurso. Quando vier a verba do BIRD, sabe-se lá se vem e quando vem, há promessa da Secretaria Municipal de Educação de promover esses reparos. E se houver uma fatalidade, um desastre, antes dessa verba sair? Não é irresponsável este ato, esta omissão? É criminosa! Criminosa, e por isso inaceitável. Não podemos aceitar que na nossa Cidade, com as nossas crianças, este tipo de discurso fácil: Ah, não temos dinheiro! Mas essa mesma escola que tem a infestação de pombos na caixa d'água, tem na sua calçada, na frente da escola, no portão de acesso, cabos de alta tensão, que passam energia a 11 mil volts, que foram deslocados pelo crescimento das raízes de uma árvore no passeio. E agora, estão parcialmente expostas. Até quando vamos esperar? Até que alguém morra? Não dá para aceitar.

Eu reafirmo: a Secretaria Municipal de Educação não conhece as escolas. Se o Secretário não as visita, e depende única e exclusivamente da sua assessoria técnica ou de seu grupo mais próximo, que pelo visto também desconhece a realidade da maioria das nossas escolas, essa omissão, essa ignorância está colocando as vidas em risco. Com relação aos equipamentos, enquanto as redes privadas falam em educação 3.0, educação informatizada, educação do século XXI, Porto Alegre retrocede a passos largos. Os nossos computadores, os computadores que os professores têm para fazer os seus planejamentos quando muito tem um funcionando na sala dos professores, porque raras instituições têm dois equipamentos em funcionamento, a maioria sequer tem um na sala dos professores. Agora os meus colegas estão sendo obrigados a cumprir toda a jornada de planejamento dentro das escolas. Se não há equipamento, eles não podem planejar, eles são trancafiados dentro das escolas, obrigados a cumprir toda a sua jornada lá, por contra do ponto eletrônico, mas se não têm condições de trabalhar em planejamento,

levam esse serviço para as suas casas, como faziam anteriormente. Obviamente, o Secretário quer otimizar a educação, mas por conta do seu desconhecimento e da arrogância de não querer se apropriar de dados, não querer se apropriar da realidade que está obrigando as nossas crianças e jovens, o Secretário então comete um erro crasso. Nós temos lousas digitais, a Ver.^a Sofia já falou disso anteriormente, que estão encaixotadas. Vou mostrar algumas caixas que nós fotografamos. Lousas digitais que poderiam levar a informática para essas crianças, auxiliando os professores nas suas tarefas didáticas, estão lá mofando, pegando poeira, dentro de uma caixa, perdendo a garantia, porque a única servidora que faz instalação de equipamentos trabalha incessantemente no ponto eletrônico, que dá problema o tempo inteiro e precisa de ajustes, precisa de manutenção. Se não há outro técnico capacitado, condenamos nossas escolas ao quê? A receber doações do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Eleitoral, do Ministério Público que doam equipamentos mais novos, mas esses equipamentos estão também se deteriorando, porque, como não são instalados, ficam lá num depósito, e as nossas crianças precisando disputar, num laboratório de informática obsoleto, equipamentos que não mais, por conta da obsolescência programada, servem para os seus fins. Mas existem equipamentos nessas escolas, eles só não estão instalados. Por quê? Porque não há RH, e não há cuidado e zelo para que isso aconteça, para que esse tipo de atitude, que pode parecer pequena, com um técnico capacitado em manutenção e equipamentos possa oferecer a pura e simples instalação de computadores doados.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Prof. Alex, para V. Exa. poder respirar. Quero parabenizá-lo pelo levantamento, pelos elementos muito significativos que o senhor apurou com sua equipe nesse período, demonstrando que há, de fato, um desinvestimento na educação em Porto Alegre, mas, principalmente, uma incompetência. Hoje a Secretaria de Educação se dedica a um supercontrole centralizado através do ponto, através da imposição de calendário. Quero comentar sobre o absurdo da imposição de recesso escolar em agosto, que é isso que está sendo imposto, quero falar com os Vereadores, Ver. Moisés, Ver.^a Mônica. Para as escolas municipais, por uma regra burocrática, as crianças vão parar as aulas no início de agosto, na primeira semana, enquanto os irmãos, enquanto os filhos dos professores e dos funcionários pararão em julho. Não tem jeito, os conselhos escolares estão fazendo

recursos, e a SMED diz não, porque não! É só por uma métrica. É tamanha a incompetência que o senhor está demonstrando que a imposição burocrática está prejudicando as escolas, seja nos abonos, seja nos atestados, seja na hora da formação dos professores, do planejamento e nessa questão da informática. Os laboratórios estão obsoletos, não há sequer exigência da Procempa, que ganha bastante dinheiro da SMED para os seus laboratórios, para que ela cumpra um bom trabalho. Parabéns!

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Na próxima lâmina, nós temos uma das imagens dos computadores doados, que estão pegando poeira, é ninho de poeira, infelizmente.

Com relação aos colegas professores, na próxima lâmina, nós não temos possibilidade física de agrupar todos os professores no mesmo espaço. Algumas escolas apresentam sala de planejamento, mas são instalações enjambradas pelas direções, para poderem alojar o grande número de docentes num espaço alternativo à sala dos professores, o que deprecia os trabalhos. Mostro ali a sala de planejamentos, que uma das direções escolares conseguiu organizar, sala que era um depósito de livros antigos e alguns equipamentos esportivos. Isso é degradante, é humilhantes, senhoras e senhores. Aqui mostro as lousas eletrônicas não instaladas, duas encaixotadas na mesma escola; mostro o esgoto a céu aberto no pátio da escola. Já houve, teoricamente, o reparo por parte da mantenedora, só que a tampa do esgoto voltou a abrir e a direção da escola colocou um *palet* em cima, para que as crianças não afundem no esgoto. Senhoras e senhores, o que estamos vivenciando não é brincadeira: são crianças, jovens que estão em risco. A negligência e a irresponsabilidade desse Secretário estão colocando o futuro da nossa Cidade em risco iminente. Por favor, nós não podemos ser omissos com relação a este tema. O Sr. Adriano Naves de Brito está fazendo um desserviço à nossa população. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex. O Ver. Paulinho Motorista me perguntava e quero aqui dizer aos Srs. Vereadores que estamos com a campanha de vacinação da gripe aqui na Casa. Então, nesse momento estão sendo vacinados os grupos prioritários; num segundo momento, a vacina estará

disponível a todas as pessoas, inclusive ao público em geral, não só aos servidores da Câmara e aos Vereadores, mas à sociedade porto-alegrense. Esse foi um acordo que fizemos com a Secretaria, que colocaríamos a nossa estrutura à disposição da sociedade. Então, as pessoas podem vir aqui e até já ofereci aos operários da Cootravipa para que possam se vacinar aqui na Casa, são pessoas que estão aí nas ruas trabalhando em favor da limpeza da Cidade.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesesseis Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h43min.)